

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE HISTÓRIA/BACHARELADO**

JANIETE ROSA DE FARIAS

**SEBASTIÃO MARINHO MUNIZ FALCÃO: DE LIDERANÇA POPULISTA AO SEU
IMPEACHMENT**

Maceió

2019

JANIETE ROSA DE FARIAS

**SEBASTIÃO MARINHO MUNIZ FALCÃO: DE LIDERANÇA POPULISTA AO SEU
IMPEACHMENT**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de História da Universidade Federal de Alagoas como pré-requisito para a obtenção do grau de bacharelado em História.

Orientador: José Roberto Santos Lima.

Maceió

2019

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale – CRB4 - 661

F224s Farias, Janiete Rosa de.
Sebastião Marinho Muniz Falcão : de liderança populista ao seu impeachment /
Janiete Rosa de Farias. – 2019.
79 f. : il.

Orientador: José Roberto Santos Lima.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História : Bacharelado) –
Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação
e Artes. Maceió, 2019.

Bibliografia: f. 78-79.

1. Falcão, Sebastião Marinho Muniz, 1915-1966. 2. Alagoas – Política e governo.
3. Alagoas – História. 4. Populismo. 5. Impeachment. I. Título.

CDU: 981.35



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE HISTÓRIA

TERMO DE APROVAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado
"SEBASTIÃO MARINHO MOURIZ FALCÃO: DE LIDERANÇA POPU-
LÍSTA AO SEU IMPEACHMENT" elaborada(o) JAA por
JANIETE ROSA DE FARIAS e aprovado por
todos os membros da Banca Examinadora, cumprindo as exigências para obtenção do
título de Bacharelado em História.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.(a) José Roberto Santos Lima
Orientador (a):
Prof.(a) J. Roberto F. M. L.
1º Examinador (a):
Prof.(a) Cláudio Vinícius Brulim das S. S.
2º Examinador (a):

Maceió, Alagoas

/ /

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, em primeiro lugar, a Deus por ter me ajudado a chegar até aqui. Sou consciente de que foi o Espírito Santo de Deus que me capacitou em todos os momentos e, em especial, na elaboração desse meu Trabalho de Conclusão de Curso, TCC. Busquei nEle, como meu orientador invisível, a inspiração que me possibilitou coordenar as ideias para a contextualização do referido trabalho.

Ao meu orientador Prof. José Roberto Santos Lima; e ao Prof. Evelton Santos Nascimento, os meus sinceros agradecimentos, pela paciência, carinho e dedicação. Também quero agradecer aos demais professores. Tanto, aqueles com os quais me identifiquei; quanto, aqueles com os quais tive dificuldades, pois, uns e outros foram contribuintes para o meu crescimento, inclusive, intelectual.

Aos meus familiares que, direta e indiretamente, me ajudaram dentro daquilo que lhes foi possível fazer; inclusive, acreditando na minha capacidade de concluir essa graduação. Também a todos os meus amigos que, em momentos difíceis, estimularam-me a não desistir dos meus sonhos. Tudo isso junto, motivou-me e condicionou-me a chegar ao final de mais um desafio posto diante de mim.

“Somente quem tem a vocação da política terá certeza de não desmoronar quando o mundo, do seu ponto de vista, for demasiado estúpido ou demasiado mesquinho para o que ele deseja oferecer. Somente quem, frente a todas as dificuldades, pode dizer ‘Apesar de tudo!’ tem a vocação para a política”.

Max Weber

RESUMO

O pretense trabalho visa fazer uma análise da vida, e da trajetória política, do ex-governador de Alagoas Sebastião Marinho Muniz Falcão, que teve sua trajetória política iniciada no ano de 1950. Como principal objetivo, tem a finalidade de mostrar-nos as dificuldades por ele enfrentadas para fazer valer, a legitimidade dos direitos adquiridos, em meio a uma população, de cujo predomínio oligárquico. Tem também a finalidade de analisar a conjuntura e os aspectos, político social e econômico; a nível, nacional e local, desde a queda da monarquia, que culminou na Proclamação da República em 1889; ao Golpe militar de 1964. Esse trabalho também nos mostra que em meio a tantas adversidades, o referido ex-governador, Sebastião Marinho Muniz Falcão, consegue construir uma carreira política e um nome que, mesmo de forma tímida, ainda hoje são lembrados. Mostra-nos também a importância que os trabalhos por ele desempenhado, em sua gestão e função, exerceu na vida da população de Alagoas. Para chegar a essa construção analítica, foram utilizados os trabalhos de Douglas Apratto Tenório; Cicero Péricles de Carvalho, além de outros autores que, mediante a análise de seus trabalhos, foi possível obter os elementos essenciais, para que se tornasse possível a constituição desse trabalho.

Palavras-chave: Populismo, Muniz Falcão, Governo Alagoano e Impeachment.

ABSTRACT

The alleged work aims to make an analysis of life, and political trajectory, the former governor of Alagoas Sebastião Marinho Muniz Falcão, which had its political trajectory started in 1950. As the main objective, it aims to show us the difficulties faced by him to enforce, the legitimacy of acquired rights, amid a predominantly oligarchic population. It also has the purpose of analyzing the conjuncture and the social and economic political aspects; at national and local level, since the fall of the monarchy, which culminated in the Proclamation of the Republic in 1889; the military coup of 1964. This work also shows us that in the midst of so many adversities, said former governor, Sebastião Marinho Muniz Falcão, manages to build a political career and a name that, even in a timid way, are still remembered today. It also shows us the importance that the work he carried out, in his management and function, exercised in the life of the population of Alagoas. To arrive at this analytical construction, was used of works, as that of Douglas Apratto Tenório; Cicero Péricles de Carvalho, in addition to other authors who, through the analysis of their works was able to obtain the essential elements, so that this work can be built up.

Keywords: Populism, Muniz Falcão, government Alagoano and Impeachment.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Cidade do Rio de Janeiro – Reurbanização.....	27
Figura 2 - O mapa geomorfológico de Maceió.....	33
Tabela 1 - Alagoas: Fábricas de tecidos (1857/1925).....	00

LISTA DE SIGLAS

PRP – Partido de Representação Popular

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PSP – Partido Socialista Progressista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTN – Partido Trabalhista Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 BRASIL, DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA AO MOVIMENTO POPULISTA. DA DÉCADA DE 1940/50	11
1.1 Brasil República	15
1.2 Década de Vinte e o Movimento Tenentista	34
1.3 “A Coluna Preste Vira Lenda”	38
1.4 Revolução de 30 e a Era Vargas.....	40
3 CAPITULO II: SEBASTIÃO MARINHO MUNIZ FALCÃO: De Liderança Populista ao seu Impeachment	49
2.1 Quem foi Sebastião Marinho Muniz Falcão?	51
2.2 Novos Horizontes Surgem em Alagoas	58
2.3 As Adversidades no Governo de Muniz Falcão e o Processo de Impeachment.....	66
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	80

1 INTRODUÇÃO

Este pretendo trabalho tem como finalidade fazer uma análise das dificuldades vividas pelo Estado de Alagoas, nas décadas de 1950/60. Esse foi um período de acontecimentos difíceis e inusitados na História política, social, econômica e administrativa de Alagoas. No centro dessas dificuldades encontrava-se a figura do Sr. Sebastião Marinho Muniz Falcão, personagem que iniciou sua vida política na década de 50; mas que havia sido plantada as raízes, que lhe possibilitaram para essa futura vida pública, na década anterior, em 1940.

Ao ser trazido para Alagoas, pelo interventor Ismar de Góis Monteiro, para assumir a Delegacia Regional do Trabalho (DRT), Muniz Falcão, preocupado com a questão social/trabalhista se esforça para fazer valer a legislação trabalhista em Alagoas. Até porque, foi para isto que o interventor o havia trazido; assim como também, Ari Pitombo, para colocar ordem em seu Estado, que se encontrava mergulhado em situação de disputa política entre as facções, das quais faziam parte membros de sua família.

As dificuldades enfrentadas por Muniz, em território alagoano, já começam nesse momento, por ele ousar em querer enfrentar o poderio das oligarquias locais. Durante esse período de enfrentamento tanto, no governo de intervenção de Ismar de Góis Monteiro; quanto no, posterior, governo de Silvestre Péricles, o então delegado do trabalho foi acusado, por diversas vezes, por aqueles que se sentiram incomodados e ameaçados por causa do trabalho que pretendia desenvolver, de estar se envolvendo em assuntos do Estado que, segundo eles, não era de sua alçada. Esse incômodo – que ele causou – custou-lhe, num primeiro momento, a sua transferência para o Estado da Bahia, para lá assumir a mesma função de delegado da Delegacia Regional do Trabalho. Depois, no governo de Silvestre Péricles, a rixa contra ele continua. Todavia, nada disso se compara ao ódio ferrenho do qual ele foi vítima, na década seguinte quando entrou na vida pública, especialmente, quando se tornou governador do Estado alagoano.

2 BRASIL, DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA AO MOVIMENTO POPULISTA. DA DÉCADA DE 1940/50

A ideia de República ao longo da história brasileira não é uma ideia ou experiência nova; esse ideário esteve presente na Inconfidência Mineira, na Inconfidência Baiana ou Revolta dos Alfaiates, na Revolução Pernambucana de 1817 e até na Guerra dos Farrapos que também tinha um sentido republicano em sua essência, mesmo sendo um movimento de caráter separatista.

O declínio do regime monárquico no Brasil teve como principais causas um conjunto de fatores que são: 1) as diversas leis administrativas, indo desde a Eusébio de Queiroz à Lei Aurea, em que se achavam que a concessão da liberdade total dos escravos, sem indenização dos seus proprietários, era um risco muito grande para a sobrevivência ou a manutenção da monarquia, enquanto regime político; 2) o desgaste econômico e político decorrentes da Guerra do Paraguai; 3) o desgaste do Império brasileiro em função da questão religiosa, e da questão militar que foram estratégicas para o desencadear da proclamação da república; 4) o crescimento e maturação da ideia de república, tudo isto junto e alternadamente se mesclavam e teriam contribuído para a consolidação, ao longo da história, da ideia de república. Uma república “para todos”, ou uma república “para alguns privilegiados”? Com qual delas você se identifica? Ou se sente representado(a)? No dia 03 de dezembro de 1870 apareceu pela primeira vez no jornal “A República” que circulou na capital federal – a cidade do Rio de Janeiro – o Manifesto Republicano que se dirigiu “aos nossos cidadãos” nos seguintes termos:

É a voz de um partido a que se alça hoje para falar do país. E esse partido não carece demonstrar a sua legitimidade. Desde que a reforma, alteração ou revogação da carta outorgada em 1824, está por ela mesma presente e autorizada é legítima a aspiração que hoje se manifesta para buscar em melhor origem o fundamento dos inauferíveis direitos da nação” (PESSOA 1973, p. 39/40).

Assim o Manifesto Republicano, que inclusive D. Pedro II, o Imperador tinha simpatia por algumas das suas ideias e não perseguiu ou mandou prender ninguém por suas ideias republicanas; muito pelo contrário, respeitou “a tudo e a todos” indistintamente, o que demonstra a sua nobreza de caráter.

O manifesto republicano apresentou-se legitimamente pela própria legislação vigente, que de certa forma pode ser mais bem compreendido a sua rápida difusão em função das diversas crises políticas, oriundas da alternância (ou não ou pouco frequente dessa rotatividade no parlamento) que teria ocorrido em 1868 na qual resultou na queda de mais um gabinete e a radicalização política de uma ala do Partido Liberal que faz opção em aderir ao republicanismo em vez de continuarem como adeptos do Partido Liberal.

Para o historiador Sérgio Buarque de Holanda ou seu ensaio “O Brasil Monárquico: Reações e Transições, escrito para o livro HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA”, nos diz que:

A data de 1868 encerra o período de esplendor (da monarquia) e abre o das crises que levarão à sua ruína e se relaciona com a queda do gabinete liberal chefiado por Zacarias de Góis e Vasconcelos e a ascensão dos conservadores ao poder (HOLANDA 1967, p.112).

Outro acontecimento histórico de grande relevância para que possamos melhor entender o contexto de época, está associado a guerra travada contra o Paraguai que estava em sua fase decisiva, nela se destacando o comandante – em – chefe das tropas brasileiras no “front” ou na sua retaguarda a depender da circunstância vivenciada que naquele momento da história era Caxias cuja a sua escolha para ser comandante-geral das tropas brasileiras em 1866 tinha sido praticamente uma imposição de D. Pedro II, que mesmo sabendo que ele era um militar conservador, ele optou pela sua maior experiência e vivência de guerras que trouxe ao longo de sua vida – tanto internamente quanto externamente – e o Gabinete Zacarias de Gois deseja que fosse um outro militar mas acabou aceitando a imposição do nome de Caxias para comandar as tropas brasileiras.

Em janeiro de 1868 assumiu o comando-geral das tropas brasileiras e aliadas e à medida com que o seu prestígio aumentava declinava o do Gabinete de Zacarias de Góis que acabou renunciando ao cargo. Quando o Imperador escolheu o conservador Sales Torres Homem para ocupar uma cadeira no senado, representando a província do Rio Grande do Norte, o ministro liberal discordando da escolha, afastando-se do cargo sem indicar inclusive o seu sucessor.

Para o Imperador D. Pedro II que, aliás, desejava a volta dos conservadores, chamou o chefe dos mesmos o Visconde de Itaboraí para compor

o novo gabinete. Porém esta atitude do Imperador que teve que ser completada pela dissolução da Câmara dos Deputados que era essencialmente liberal na sua grande maioria, não concedeu o voto de confiança ao novo gabinete. Foram realizadas eleições gerais e a nova Câmara eleita na sua grande maioria apresentou-se conservadora, como era de se esperar de acordo com o sistema político da época, e ao sabor dos ventos da política vigente.

Este fato em si, teria provocado um profundo descontentamento nos meios liberais e a ele se incenderam as críticas mais duras da imprensa e do parlamento contra a mistificação do sistema representativo que a rigor permitia que o monarca concentrasse em suas mãos, todo o poder de decisão a ponto de poder substituir, de um momento para o outro um gabinete liberal por um gabinete conservador, usando das suas prerrogativas enquanto Imperador, dissolvendo ou dando posse, a um novo gabinete, utilizando-se do seu poder moderador.

A reação de parte dos liberais mais avançados ou radicais foi no sentido de se afastar ainda mais da monarquia, surgindo então o Clube Radical (1869) que se desligaram do Partido Liberal criando o Partido Radical que vai ser a célula-mater do posteriormente criado Partido Republicano que em 03 de dezembro de 1870 publica o seu manifesto, em que diziam: “a monarquia decadente era uma instituição incapaz de responder aos anseios do país” (PESSOA, 1973, p.39) e que ela era responsável pelo desvirtuamento dos princípios democráticos na medida em que elegeu os privilégios com fórmula social e política de nação, beneficiando alguns “indivíduos” e prejudicando uma grande maioria do povo preto e pobre principalmente.

Para corrigir essa distorção o Manifesto Republicano apresentava como princípio básico o ideal federativo que era um velho anseio das antigas províncias, inspirada na Constituição dos Estados Unidos da América do Norte, quando aquele ideário evoluiu da constituição das 13 colônias Inglesas da América do Norte enquanto Confederação para o ideal Federativo criando-se um governo federal (Central, Soberano) onde as antigas 13 colônias Inglesas se transformaram nos Estados Unidos da América do Norte com uma constituição liberal e três esferas de poder – o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, autônomos e harmônicos.

É conveniente lembrar que o “Manifesto Republicano” não continha qualquer proposta de contestação violenta (ou a derrubada do governo

monárquico – como viria a acontecer em 15 de novembro de 1889) ou ruptura brusca com o mesmo em que “eles se diziam como homens livres e essencialmente subordinados aos interesses da pátria que não pretendiam convulsionar a sociedade mais sim esclarecê-la”. O movimento republicano não foi algo uniforme ao longo da sua trajetória histórica por quase duas décadas caracterizando-se pela sua relativa pobreza no que se refere as ideias políticas ou base teórica cujos princípios gerais giravam em torno do positivismo de Augusto Comte e do ideal federativo.

Dois questionamentos estavam presentes: Ou a reforma ou a revolução. Era esse um dos lemas que os liberais tentavam dar respostas a essas indagações à época. Os velhos chefes políticos liberais assumiam uma atitude mais reformista e ainda acreditavam no regime monárquico. Entre 1869 e 1870 destacam-se duas agremiações o Clube da Reforma dos liberais mais velhos e o Clube Radical em que participavam os liberais mais jovens, onde cada um desses clubes tinha o seu próprio jornal: O Jornal “A Reforma” dos mais maduros ou idosos que divulgavam as suas ideias e o outro Jornal o “Correio Nacional”, dos liberais mais jovens onde as suas propostas mais radicais eram: 1) voto direto; 2) abolição da escravatura; 3) extinção da vitaliciedade do senado; 4) extinguir o poder moderado do Imperador; 5) acabar com o conselho de estado e com a Guarda Nacional, que atraíam muitos jovens para os seus quadros partidários.

Nesse período, fundaram partidos republicanos no Rio de Janeiro, em 1870; em São Paulo, em 1873; em Minas Gerais, em 1878; em Goiás, em 1882; no Paraná, em 1883; em Santa Catarina, em 1885; em Pernambuco, em 1886 e em Mato Grosso, em 1887, e assim espalhou-se por outras províncias na época.

A partir de 1870, quando se instala na França a Terceira República que repercutiu favoravelmente no desencadeamento do movimento republicano no Brasil, aliados a mudanças socioeconômicas, que foram responsáveis pelo estabelecimento de um clima político favorável à propagação das ideias republicanas que se somaram a um grande descontentamento contra a monarquia, bem como uma forte desconfiança em relação ao futuro com a instalação de um Terceiro Reinado.

A monarquia viu solapadas, no decorrer dos anos, as suas bases sociais e caiu de maneira inglória, colhendo pouco menos que uma indiferença geral. Embora os republicanos ideológicos não fossem numerosos em

1889, a confiança na monarquia tinha descido a níveis mínimos. Além disso, mesmo não sendo a maioria, os republicanos eram organizados e ativos e sabiam o que queriam. O I Império caíra por causa do desgaste pessoal de D. Pedro I, já o II ruiu em virtude dos desgastes intrínsecos do próprio sistema. Com os eventos de 1889, a oligarquia imperial foi substituída pela republicana. Uma vez mais não se tratou de uma revolução e o povo foi apenas um espectador. Em todo o caso, a instituição da República marcava o início da História do Brasil Contemporâneo (LOPEZ, 1991, p.100).

Contudo, pode-se observar que as ideias liberais chegaram com força e a política, praticada pela monarquia, favoreceu o fim do sistema político, tendo em vista que outros países conviviam com o sistema republicano, mas que as massas não participariam desse processo, ficando alheia a ideia de sistema republicano.

2.1 Brasil República

A partir de 1889, o Brasil começa a escrever um novo capítulo de sua História política, social e econômica. Com a queda da monarquia, se instala no Brasil, um novo regime político, a República. Denominada de primeira república ou república velha. Para o economista Cicero Pércles de Carvalho (2015), tanto às ideias quanto os movimentos de cunho republicano no Brasil, eram antigos. Todavia, o que os possibilitou de forma rápida para a derrubada do império, foram dois fatores primordiais: o ciclo do café e o da urbanização, que proporcionou o surgimento de novos segmentos sociais, gerando uma sintonia de interesses entre o empresariado, mesmo que pequeno e uma classe média, que almejavam a modernização do país, contrariando os interesses dos grupos dominantes vigentes.

Podemos dividir essa primeira república, em duas fases: a da espada, que vai de 1889 a 1894; das oligarquias, que se inicia em 1894 mediante a eleição e a vitória de um cafeicultor paulista, Prudente de Moraes, para a presidência da República, e que perdura até 1930, quando ocorre a “Revolução”, que na realidade funcionou como um “golpe de Estado” quando se derrubou a “República Velha”, promovendo uma ruptura, mesmo que parcial, das oligarquias dominantes.

Com a mudança do regime político, ocorre quase sempre mudança do governante. Com a queda da monarquia e o surgimento da república, D. Pedro II, mesmo não estando tão velho como se possa imaginar, teve que deixar o poder. Sua deposição, que ocorre em decorrência das dificuldades enfrentadas nos setores político, econômico e social, favorece aos militares – por seu envolvimento direto

nessa deposição – para ocupar o poder nesse novo regime. Apesar da pretensão dos civis em querer exercer o domínio político ele acaba sendo exercido, pelo menos num primeiro momento, por militares.

Essa presença militar, nesse momento de mudança do regime político, se dá pelo fato de o exército ter saído vitorioso da guerra do Paraguai e estar no auge de seu poder, inclusive, com influência muito forte em todos os Estados da federação. Para ocupar a presidência da República nessa primeira fase, é designado o Marechal Deodoro da Fonseca, todavia, o destaque dessa primeira república, vai para o Marechal Floriano Peixoto, que consolida a República e se faz “ídolo do exército”.

Nesse primeiro momento, Deodoro da Fonseca será o chefe do governo provisório por ser o primeiro presidente republicano. Depois que a Constituição foi elaborada e promulgada, ele foi eleito como governo constitucional e Floriano Peixoto fez parte desse segundo governo, assumindo a sua chefia depois da renúncia de Deodoro que dissolveu o Congresso Nacional face a uma intensa luta política com ele. Apenas lembrando que uma vez proclamada a República e instituído o governo provisório constituído pelo Marechal Manoel Deodoro da Fonseca que teve como ministros Aristides Ido (do Interior), Benjamim Constant (da guerra), Eduardo Wandenkolk (da Marinha) e Quintino Bocáiuva que ocupou as Relações Exteriores e interinamente, o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Foi durante o Governo Provisório através de um decreto redigido por Rui Barbosa (que ocupou o Ministério da Fazenda) que estabeleceu a federação como forma de organização política e administrativa do país, transformando as antigas províncias em Estados Federados ou federativos.

Em setembro de 1890 foram realizadas eleições para a composição do Congresso Constituinte que tomou posse em 15 de novembro, que levou mais de três meses para votar e promulgar a Constituição que teve o apoio de cinco juristas entre eles Rui Barbosa, cuja primeira Constituição Republicana brasileira se inspirou na Constituição dos Estados Unidos da América do Norte, e nas Constituições Argentina e da Confederação Suíça, em vez dos doutrinários franceses ou ingleses. A Constituição também estabeleceu a separação e a independência entre os três poderes – Legislativo, Executivo e Judiciário, mas reservou extensos poderes para o presidente da República, assim como estabeleceu a “igualdade de todos perante a lei”, o reconhecimento dos direitos de todos os cidadãos (como a liberdade, a

propriedade, a segurança individual, eleição direta, e o voto não secreto para os maiores de 21 anos com exceção dos analfabetos, mendigos, praças e religiosos).

O primeiro grande problema surgiu exatamente do conflito entre o poder executivo e o poder legislativo, onde o resultado das eleições presidenciais revelou uma forte oposição à Deodoro, que aumentou quando o mesmo destituiu Rui Barbosa do Ministério da Fazenda (em função da política do Encilhamento e do seu fracasso) e tê-lo substituído pelo Barão de Lucena (um monarquista convicto) que atraiu a ira dos demais republicanos históricos. Por essa decisão e a sua incapacidade de melhor compreender a natureza do poder legislativo que se baseia na negociação política e da decisão ou decisões serem fruto de um longo debate ou negociação com base a ter-se um consenso ou não e isto para Deodoro que estava acostumado a dar ordens aos seus subordinados e serem elas cumpridas (sem questionamentos).

Portanto a situação era outra completamente diferente e altamente complexa que ele não estava preparado nem devidamente esclarecido para isto, culminando na trágica dissolução do Congresso Nacional por Deodoro que foi uma atitude extrema, profundamente autoritária que colocou em risco inclusive a República recém-implantada que poderia inclusive não ser consolidada, se não fosse a sua renúncia e Floriano Peixoto ter assumido o governo mediante uma forte oposição à época, que desejavam os seus opositores que se convocasse nova eleição para a presidência da República o que não foi aceito por Floriano Peixoto, que assumiu o governo mediante a renúncia de Deodoro da Fonseca.

Segundo Francisco Iglésas (1993), um historiador bastante conceituado no assunto, nos diz que a decisão desse novo regime ser exercido por militares, ocorreu mediante ameaça – feita por eles – de um golpe militar. Daí foi preferível que, pelo menos nesse primeiro momento, eles ficassem a frente do poder, o que ocorreria por um pequeno período contínuo, cerca de cinco anos mais ou menos. Nesse período, dentre os fatos que são merecedores de nossa atenção, podemos destacar a elaboração da bandeira nos moldes positivistas, pois, são eles que a elaboram, e são eles também, que vão constituir uma das forças que vai ter um projeto diferenciado para a construção dessa República.

No início desse novo regime temos três projetos que são considerados bastante distintos e fortes, e que “brigam entre si”, por assim dizer: um projeto positivista; o outro, jacobino, ou radical republicano; e o terceiro e último, o liberal,

representante das oligarquias. Nessa primeira fase esses três projetos estarão disputando, uns contra os outros. A partir de 94, mediante vitória do projeto liberal, sobe ao poder os cafeicultores dando início a república das oligarquias.

Existem, pelo menos, dois fatores que poderemos considerar como relevantes nesse primeiro momento, são eles: o encilhamento econômico e a elaboração e promulgação, em 1891, da primeira constituição da república – e a segunda na História do Brasil. O encilhamento, foi uma política ou tentativa de industrialização do país, que Rui Barbosa promoveu no decorrer desse governo provisório. Rui era jurista famoso e ministro da fazenda e estava ligado aos grupos mais jacobinos, sendo que esses grupos faziam oposição as oligarquias. Era homem culto, cuja preocupação era com o desenvolvimento industrial brasileiro. Tinha como pretensão, fazer as reformas que a sociedade solicitava e, dar ao país uma nova fisionomia econômica, mais dinâmica e mais livre do capital estrangeiro.

Na tentativa de tornar reais suas aspirações, bem como na condição de ministro da fazenda, passa a dar condições financeiras à quantos queiram ser coparticipantes desses ideais, por ele, almejados. Para concretizar esse projeto, Rui vai liberar capital e emitir muito dinheiro com a finalidade de que ele seja aplicado na indústria. O problema é que esse dinheiro liberado vai ser motivo para uma especulação tremenda, por cafeicultores e banqueiros ingleses. Vai surgir também, uma enorme quantidade de empresas fantasmas, especulando nas bolsas de valores. Como consequência disso, teremos uma desorganização geral no setor econômico, que resultará num índice alto da inflação e na desvalorização da moeda. A esse projeto que fracassou, dar-se o nome de encilhamento.

No aspecto político, o que nos chama a atenção é a elaboração da Constituição de 1891, cuja elaboração se dar de forma democrática, através de representantes do povo e do Congresso Nacional, dando início ao federalismo, onde os Estados passam a ter uma maior autonomia, tanto no setor político quanto no econômico. Também ocorre alteração em relação ao voto, onde se estabelece que o voto passa a ser livre, universal, ou seja, diferente do período anterior, onde o voto era censitário. Esse voto livre é também aberto – devia-se dizer em quem iria votar – mas não era para todos, apenas para homens a partir de 21 anos e alfabetizados. Cujas alfabetização exigida, excluía uma enorme parte da sociedade; afrodescendentes e brancos pobres estavam todos eles proibidos de votarem e serem votados segundo a Constituição de 1891.

Esse governo constitucional de Deodoro vai até 1892, ano em que ele renuncia ao cargo, mediante a instabilidade de seu governo, provocada por sua inflexibilidade, sendo ela, uma das causas que o levou a renunciar ao mandato. Mas, não foi esse o único fator que tornou seu governo instável, outros fatores contribuíram para isso. Um deles foi a renovação do ministério, colocando nele nomes que não eram favoráveis ao novo regime, como o Barão de Lucena. Teve também, e é possível que essa tenha sido a pior de suas decisões, a dissolução do então Congresso Nacional.

Com as dificuldades enfrentadas, principalmente nos segmentos político e econômico, e temeroso que ocorresse uma guerra civil, Deodoro renuncia ao mandato e em seu lugar quem assume é o seu vice, Floriano Peixoto, que além de não ser do mesmo partido do presidente, também não havia uma relação de simpatia entre eles. Houve resistência contra o fato de o vice assumir a presidência, isso, em decorrência de Deodoro não ter exercido a metade do mandato requisito necessário, mediante a nova Constituição. Mesmo assim, a “condição especial” em que o presidente fora eleito, eleição indireta, permitiu ao vice assumir a chefia do país. A Sua primeira providência foi revogar a dissolução do Congresso, feita pelo seu antecessor Deodoro da Fonseca. Faz também mudanças na presidência dos Estados, que apoiaram essa dissolução, com exceção do Pará, que não apoiou. Para Francisco Iglésias (1993), “Floriano Peixoto foi o primeiro chefe populista na vida política brasileira. Perseguiu de forma implacável os inimigos ou quem lhe fazia qualquer reparo” (IGLÉSIAS, 1993, p.201).

Como é comum aos populistas, Floriano não foi bem quisto por todos, todavia, por sua firmeza em suas decisões foi reconhecido e considerado como o consolidador da República e conseguiu a adesão das classes médias urbanas do Rio de Janeiro tendo tentado fazer um “congelamento dos preços e de alguns produtos de primeira necessidade”. Conseguiu atrair a simpatia de alguns segmentos da sociedade, inclusive da burguesia. Homem de personalidade forte, a ponto de ser chamado de ‘Marechal de Ferro’, que sempre voltava a Alagoas para visitá-la e “recarregar as suas baterias” para continuar as suas lutas.

Esse Marechal de Ferro adotou o nacionalismo ao seu modo de governar o país, dando ao Brasil um vislumbre diferente, inclusive, da sua história política. Teve, assim como o seu antecessor, dificuldades de ordem política, econômica e também social, saindo vencedor se não em todas, pelo menos, na grande maioria das suas

propostas à época. Não se preocupou com as eleições que se aproximavam, e é possível que tivesse a pretensão de continuar administrando o país. Com a eleição e vitória de Prudente de Moraes, chega ao fim a “República da Espada”. Deodoro e Floriano, já velhos e cansados, deixam a vida pública; e o primeiro morre pouco tempo depois que renuncia ao mandato.

Com o abandono da vida pública desses dois marechais, é hora de as oligarquias retornarem ao poder, sofrendo uma breve interrupção em 1910, com a vitória de Hermes da Fonseca sobre Rui Barbosa; e uma ruptura parcial, a partir da década de 30; além de não podermos esquecer do movimento tenentista onde os militares sempre estavam em evidencia na vida brasileira.

Em Alagoas essa novidade na mudança do regime político, chega aqui de forma atrasada, do mesmo modo em que os movimentos republicanos, acontecem de forma tímida e sem muito envolvimento. Em 1872, é inaugurada a participação desse movimento no cenário político, mediante o lançamento do jornal A República, que segundo Carvalho (2015), era um ‘órgão da democracia’. Esse movimento era desprovido de um partido e de um programa político, todavia, em seu interior sobravam as divergências que o levou a declinar em nível de articulação política; enquanto partido político que não teve lá tantos partidários nos seus quadros, diferentemente do que aconteceu em outros Estados do Sul-Sudeste.

Não podemos perder de vista que em Alagoas, os membros que antes pertenciam aos “liberais avançados” e aos “liberais radicais”, esses movimentos de 1876 a 1880, tinham como principal mensagem, a democracia liberal. A partir de 1881, os republicanos se mobilizam para outra grande causa, que foi a campanha de luta pela abolição. Com isso, todos os democratas da época se deslocam para a Sociedade Libertadora de Alagoas, passando a ter como bandeira principal essa causa.

Em 1888, com o fim da escravidão, ocorre um movimento Republicano organizado a partir da classe média urbana, onde os letrados dessa classe – professores, jornalistas e estudantes e outros profissionais liberais – ao final de 1888, criam o Centro Republicano, com sede em Maceió, mas, com pessoas de várias cidades do interior que tinham por essa(s) causa(s) relevante simpatia. Tinha como porta-voz dessa corrente, cujo líder principal era José Gomes Ribeiro, o jornal “Gutenberg”. Havia uma enorme desconexão, desse movimento, com os acontecimentos políticos advindos da capital do império.

O Império resistiu sempre a uma abolição brusca, com medo de abalar os fundamentos da propriedade mesmo quando fatores importantes como a pressão inglesa e o progresso da cafeicultura paulista em ritmo empresarial passaram a pesar em favor da mesma. A abolição do tráfico em 1850, se constituiu no marco precursor mais importante da abolição, além de ter encarecido os escravos colocou à disposição dos mercados consideráveis parcelas de capital na indústria, no comércio e na agricultura e finalmente a Lei Áurea para tentar salvar o prestígio de um regime já periclitante. Poderia se pensar que através da abolição o Império resolvia a sua espinhosa “questão social”, entretanto na verdade ela criou outra igual ou pior. A abolição não colocou em prática nenhum plano de reeducação do ex escravo ou reforma agrária ou (...) ingressar no trabalho industrial (LOPEZ 1983, p.12/13).

A comprovação desta desconexão se dá com a surpresa que a Proclamação causou nas lideranças políticas daqui, mesmo sendo um alagoano que proclamou a República. Não houve resistência ao novo regime, ao contrário, foi muito bem aceito pelos monarquistas que logo começam a aderir a ele no dia posterior a proclamação.

No aspecto político de Alagoas houve muita instabilidade. Nem mesmo o irmão de Deodoro, Pedro Paulino da Fonseca, conseguiu estabilizar a situação política do Estado, e olha que ele veio com um discurso conciliatório. Quando se tem um objetivo a alcançar é normal procurar juntar forças, para se chegar à concretização desse ideal. É possível que esse tenha sido o propósito de Paulino, todavia, em Alagoas, essa é uma prática inusitada.

Quando ocorre esse tipo de ação, normalmente, é para o benefício de uma minoria, que representa o poder dominante em vigência; e essa estratégia não deu quase nenhum resultado positivo em função das fortes “rixas” e embates políticos em Alagoas tornando-a um lugar não tão fácil de se governar dados aos antagonismos locais e “rachaduras” existentes dentro do seio da própria elite alagoana ao que se sabe historicamente testemunhada ou evidenciada na revolta interoligarquica da revolta dos Lisos e Cabeludos por volta de 1844, que teve influência inclusive no processo da transferência da capital de Alagoas do Sul (hoje Marechal Deodoro) para Maceió em 1839, depois de uma longa disputa política, entre liberais e conservadores liderados por Tavares Bastos e o Visconde de Sinimbú, envolvendo luta armada, derrubada de governo, recondução ao cargo, invasão das tropas do Visconde de Paula (líder cabano de Maceió) etc. que dão “uma visão” da complexidade da questão em Alagoas.

Embora fosse a terra natal das duas principais lideranças do regime instalado em 1889, não houve um movimento republicano de grandes proporções em Alagoas. Contudo não passamos ao largo das mudanças. A difusão dos seus ideais se propagou através dos clubes republicanos e de uma imprensa entusiástica e as vezes até radical na sua pregação na capital ou no interior. Somente quando da notícia da consolidação do 15 de novembro ecoou forte, foi que o frágil núcleo republicano, enquanto viu engrossar suas fileiras, assim como o rio se transforma de repente, num imenso oceano. Nunca se viu tanto republicano confessando a sua predileção. O clube Republicano para preencher o vazio do poder no (palácio – o grifo é nosso) dos Martírios, organizou uma Junta Governativa composta pelo cel. Aureliano Pedra, por Manoel Barreto de Menezes e pelo líder republicano Ricardo Brennand que escolheu como Governador Provisório o Comendador Tibúrcio Valeriano que não chegou a acomodar-se na cadeira governamental. Deodoro da Fonseca na condição de Presidente da República nomeou seu irmão o Coronel Pedro Paulino da Fonseca como primeiro governador Republicano de Alagoas.... Paulino da Fonseca teria uma missão difícil e uma saúde frágil. Era um pesquisador, um militar, um historiador de rígida formação moral. As intermináveis homenagens, o foguetório, as flores e os discursos (...) era tudo adulação e hipocrisia. Ele pautou a sua conduta pela inflexibilidade e disciplina na organização na administração política estadual. (TENÓRIO 2017, p.84)

Para se ter uma ideia dessa instabilidade, nos oito anos iniciais dessa República ocorreram de formas sucessivas vinte nomeações de governos provisórios, até que em 1897 ocorre a eleição indireta, onde Manuel Duarte é eleito pelo voto indireto dos deputados, para governador do Estado, isso, já no período da república oligárquica.

Em relação a essa “república das oligarquias”, o que nos chama a atenção é a sua estrutura básica que se constitui a partir da política dos governadores, que é também a “política dos coronéis”, tendo como ênfase, a “política do café com leite”, que envolve os Estados de São Paulo e Minas Gerais. Esse coronelismo consiste na ação política dos latifundiários – donos de terra – numa determinada região e/ou localidade, em que eles possuem o controle político, denominado esse controle, de currais eleitorais, ou seja, esses currais são pessoas que estão sob o domínio desse coronel, nessa região ou municipalidade e que são submetidos ao “voto de cabresto”, que significa votar no candidato que o coronel mandar. Então esse coronel tem, além do poder econômico, esse poder político de influir na vida das pessoas mediante o voto.

É dever desse coronel dar apoio para os governos locais/regionais, formando com isso a política dos governadores, que foi idealizada inicialmente por Campos Sales, um cafeicultor paulista, idealizador de uma espécie de grande acordo, grande troca de favores entre o governo federal e os governos locais, estaduais e municipais. Mediante a política dos governadores o governo federal se compromete

a não interferir nos Estados, nem depor nenhum governador. Em compensação os governadores dariam apoio para o governo federal, mediante apoio irrestrito das bancadas ligadas a esses governadores, apoiando todos os projetos a nível federal.

Essas bancadas ligadas a esses governantes se formavam mediante o apoio dos coronéis. Essa estratégia política dos coronéis é vista, por alguns históricos, como a composição e justaposição de interesses entre o público e o privado no Brasil Republicano. Esse governo de Campos Sales merece relevante atenção também, no aspecto econômico, pois é nele, que é feita a renegociação da dívida externa, com os bancos ingleses, denominada de Funding loan, que na prática significa, o ajuntamento de todas as dívidas que o Brasil contraiu, desde o período imperial até aquele momento, fundindo todas, em uma única dívida; por isso, o nome de Funding loan. Todavia, o governo vai negociar depois um prazo bem mais elástico de pagamento com os banqueiros ingleses. Para fazer o pagamento dessa dívida, empenha-se a renda das alfândegas por um longo período de nossa história; e outra medida a ser tomada, será a assinatura do convenio de Taubaté, em 1906, que tenta manter os preços da saca de café em alta.

Desde de 1895, a cafeicultura estava passando por grandes dificuldades, o preço do café a nível internacional, estava em declínio e com a finalidade de garantir os lucros dos cafeicultores e salvar a agricultura do café de tamanha crise, o governo faz em 1906, esse Convênio de Taubaté, onde o governo passaria a comprar uma parte da produção do café tentando manter os seus preços em alta de forma artificial.

Campos Sales resolveu (...) o problema da inflação e da carestia, mas ficou pendente o da superprodução cafeeira, inclusive agravado pelas soluções empregadas no problema inflacionário. Na solução da questão cafeeira, a alternativa só viria com o acordo de Taubaté em 1906 feito no último ano do mandato de Rodrigues Alves (1902/1906)...O acordo de Taubaté funcionou da seguinte maneira, segundo explicações de Luiz Costa e Sérgio Silva: O governo se encarregaria de comprar os excedentes da exportação de café com o financiamento de Bancos estrangeiros, financiamento a ser pago através de um novo imposto, fixado em ouro, sobre a exportação do produto; paralelamente a isso tratou-se de tomar medidas para desencorajar a expansão das plantações. É interessante observar que no início, a Casa Rotschild não aceitou entrar nesse esquema e que isso fez com que o Governo não se interessasse inicialmente em incampar tal política; ele só se inclinou a isso quando os Rotschilds se deram conta de que estavam deixando a outros Bancos um negócio que poderia ser rentoso. A partir de então, a valorização do café passou a ser um problema de governo federal – e não mais apenas de governos dos Estados produtores. Em 1917/20 emissões governamentais serviram para adquirir o

café excedente e que não tinha mercado por causa da Guerra europeia de 1914/18” (LOPEZ, 1983, p.35/6).

Nesse Convênio é dito que o governo vai fazer empréstimos no exterior, para comprar o café que não se conseguir vender para o mercado externo. Posteriormente, esse café será destruído. Mediante a destruição desse produto, que havia sido comprado com o dinheiro público fruto dos empréstimos aos bancos estrangeiros, esse Convênio trouxe para o Brasil futuras consequências graves. Na crise econômica mundial de 1929, que afetou também o Brasil, 800 sacas de café foram destruídas e a sociedade acabou pagando pelo prejuízo. Iglésias (1993), nos diz que “toda a população brasileira compartilhara, dos prejuízos sofridos por esse setor, naquele momento”. É uma história de dor e muito sofrimento onde “todos pagam a conta” porém a elite sempre arrumou um “jeitinho” de não sair perdendo, ou seja, em vantagem.

Outra ocorrência de relevância para a história econômica do Brasil e que não estar ligada, pelo menos diretamente a cafeicultura, mas que vai causar alguma modificação na estrutura econômica e em outros segmentos da sociedade brasileira durante a República Velha, é o surto industrial da Primeira Guerra Mundial. Durante esse período, nós tivemos dificuldades para importar produtos, pelo simples fato de que os países dos quais nós importávamos estavam em guerra, com isso, houve-se a necessidade de se produzir esses produtos aqui mesmo no Brasil, dando origem ao que podemos chamar de “surto industrial”, que ocorre nesse período da guerra. Essa ocorrência na economia vai transformar as estruturas, não só a estrutura econômica, introduzindo esse elemento novo que é um elemento urbano; como também de forma evidente vai desenvolver as cidades. Por conta desse novo elemento, vai haver um considerável desenvolvimento urbano no Brasil. Concomitantemente vai promover um fortalecimento daquilo que será denominado de novos grupos sociais urbanos, que são eles: classes médias urbanas, a burguesia e o operariado, sendo que todos eles estão ligados, direta ou indiretamente, a essa atividade do “surto industrial”.

A alteração na forma de governo verificada em 1889 foi vista por setores de nossa incipiente sociedade urbana como um sinal para alteração ainda mais profunda nos mecanismos de poder (...). A modernização econômica seria feita por Rui Barbosa quando dirigiu a chamada “política do encilhamento” que constituiu (- o grifo é nosso) na substituição do lastro-ouro por títulos de dívida federal como base das emissões bancárias. Em consequência as emissões bancárias foram estimuladas como forma de criar novas

empresas comerciais e industriais. Essa política ao invés de ajudar o desenvolvimento industrial acabou conduzindo à especulação e a uma descontrolada orgia financeira. Com o fracasso da “política do encilhamento” o país reingressa no ritmo tradicional de uma economia de produtos primários destinados à exportação do café e da borracha principalmente.(...) O progresso industrial na República Velha não foi entusiasticamente, mais foi persistente (...) Quando o governo cobrou altos impostos de importação de artigos manufatureiros concorrentes embora por razões fiscais e taxou o valor do câmbio, bem baixo a fim de ajudar as exportações do café, isto de forma indireta, favoreceu a nossa indústria (LOPEZ, 1983, p.25/38).

Boris Fausto demonstrou definitivamente que há sentido em se falar em oposição latifúndio x burguesia nacional industrial porque o progresso industrial foi mais ajudado do que prejudicado pelo progresso cafeeiro, porque o café aumentou o índice de capitalização interna. Um momento importante da história econômica da República Velha, foi sem dúvida, a I Guerra Mundial. Ela prejudicou o setor cafeeiro por um lado mas “ajudou” no progresso industrial visto que a guerra diminuiu a nossa capacidade de importar e passando a produzir internamente todo ou quase tudo do que aqui precisasse ter (o grifo é nosso) de tal forma que até 1914 a indústria nacional atendia em média a menos de 5% das necessidades de consumo do país. Se em tecidos a produção chegava a 50%, em outros ramos a produção estava no índice zero. Entre 1915/19 surgiram 5.940 empresas industriais e, entre 1890/1914 tinham aparecido apenas 6.946 indústrias (LOPEZ, 1983, p.25/38).

Sobre esse setor que nesse período emerge, temos alguns movimentos e rebeliões sociais, que ocorrem na República Velha, e que são merecedores de nossa atenção. São movimentos ocorridos, tanto no setor rural, quanto no urbano. Podemos destacar dois, de maior relevância no primeiro setor (rural); e três no segundo (o urbano), a “Guerra de Canudos” e do “Contestado”, são movimentos bastante relevantes, assim como são, a “Revolta da Vacina”, a “da Chibata” e a “Greve Geral de 1817”, no setor urbano que eram ou foram uma demonstração do nível de insatisfação geral do público com a República que havia se consolidado, onde apenas as oligarquias federais e estaduais foram os grandes beneficiários daquela República onde “problemas sociais eram tratados como caso de polícia”, na pancadaria e na violência. Os movimentos rurais, normalmente estão ligados a movimentos de revolta de populações camponesas, e/ou sertanejos, que foram e estão, durante muito tempo, esquecidos pelas elites e pelos governos característicos desse “esquecimento” e distanciamento para com o povo.

O que caracterizou esses movimentos, é que normalmente eles vão ser messiânicos, tanto “Canudos”, quanto o “Contestado”. Associado a Canudos está a criação de uma vila denominada de o arraial de Belo Monte. Ao contrário, aconteceu no Contestado, que não houve nem vilas, nem arraiais, todavia, acontece os tais redutos, sendo que o grande reduto de lá era o de Taquarucu. Os líderes desses dois movimentos eram: Antônio Conselheiro, na Guerra de Canudos e João Maria, no Contestado. João Maria era um monge, que apareceu na região de Santa Catarina e/ou Paraná, naquela região que ficava justamente entre esses dois atuais Estados. Um dos motivos que levou a esse movimento foi a construção da estrada de ferro que passa por dentro do Contestado que ligava Porto Alegre a São Paulo, desapropriando com isso, uma enorme quantidade de sertanejos e posseiros que habitavam a região. Já a Guerra de Canudos aconteceu no sertão da Bahia, onde exterminou-se grande parte de sua população, que habitava no Arraial de Canudos, pelo exército brasileiro.

Em 1904 vamos ter no Rio de Janeiro, a “Revolta da Vacina”, cuja rebelião se deu, como sempre acontece, mediante o descaso que o governo tem para com as populações mais pobres – tanto do campo quanto da cidade – e da forma brutal, como essa elite lida com essas populações carentes e desprivilegiada, de ambos os setores. O que motivou a revolta da vacina foi o fato do Rio de Janeiro está passando por um processo de reurbanização. Sendo ela uma cidade que ainda teve uma estrutura do período colonial, sendo atacada na época do verão e de forma frequente por pestes e epidemias, e que na época foi atacada pela varíola que matou muita gente no Rio de Janeiro e no restante do Brasil, mais a capital federal era o “cartão-postal” que deveria se moldar ao modelo europeizante de civilidade para a época, de preferência afrancesada que só assim segundo o desejo da elite econômica e cultural do país que diminuiria o seu trauma em ser um “país de mestiços”, (cuja tendência de reurbanizar e higienizar as cidades onde a população “mais pobre e preta” é quem foi expulsa dos centros urbanos e obrigados a morar nos morros (no Rio de Janeiro, no Morro da Providência e outros espalhados pela cidade) ou nos subúrbios ou bairros periféricos sem água, luz, transporte, posto de saúde ou escolas, longe de tudo e de todos num processo típico de segregação racial, social e espacial agora, que tem inclusive repercussões no tempo presente, no hoje e no agora.

Por causa deste processo de reurbanização da cidade do Rio de Janeiro, pelo então prefeito Pereira Passos expulsa-se toda a população mais pobre do centro da cidade que viviam em cortiços para buscarem novos espaços urbanos nos morros formando aquilo que bem conhecemos com o nome de “processo de favelização” da população de baixa renda e também ao lado expulsão da população dos cortiços aconteceu um processo de vacinação obrigatória de toda a população da capital federal para livrá-la da varíola. Era obrigatória a vacinação porque existia uma lei instituída pelo governo federal, para ser aplicada na cidade do Rio de Janeiro, tendo como finalidade erradicar a varíola. Essa campanha de vacinação é orquestrada pelo sanitarista, Oswaldo Cruz, e revolta a população, porque além da brutalidade dos agentes do governo, existia também, desconfianças quanto a questões relacionadas a liberdade, sacudindo o governo de Pereira Passos, naquele Estado.

Figura 1- Cidade do Rio de Janeiro – Reurbanização



Fonte: www.slideplayer.com.br

O movimento da “Revolta da vacina” ocorreu porque o povo, insatisfeito com o “custo de vida” e a violência com que eles foram tratados pelos funcionários do governo encarregados da vacinação e o “tom obrigatório, intimidador, autoritário e coercitivo” da vacinação levou o povo a se recusar da vacinação e foi o estopim do movimento. Apesar de reconhecer-se o caráter nobre da proposta de livrar o povo da epidemia de varíola que existiu na cidade do Rio de Janeiro, por Oswaldo Cruz, o caráter autoritário da ação concreta, efetiva revoltou o povo que protestava também contra os desmandos do governo da época, somando-se a outros questionamentos que fizeram parte daquele contexto histórico.

Digna de registro e de ser destacada também é a “Revolta da Chibata”, que ocorre no início do século XX, onde parte dos marujos ou marinheiros brasileiros, eram pobres ou negros e eram submetidos a castigos corporais, mediante

chicotadas a eles aplicadas, quando praticava alguma indisciplina, sendo essa uma prática ainda da época da escravidão. Essa revolta estourou em 1910, no governo de Hermes da Fonseca, sendo o seu grande líder, o almirante negro, João Cândido. Em 28 de novembro de 1910 foi encerrada a revolta dos marinheiros brasileiros contra as degradantes condições de trabalho a que eram submetidos (escapamentos, má alimentação, excesso de trabalho, baixos soldos) o jornal carioca “O País”, órgão de apoio ao governo federal, fez o seguinte comentário:

Sobre o levante da marinhagem, felizmente acabado, parece que o melhor é nada mais dizer. O país só tem a lucrar com o silêncio geral sobre esse fato. Na vida dos povos, como na dos indivíduos, há lembranças que se desejaria apagar de todo, pela tristeza, pelo vexame, pela aflição que despertam. Para o Brasil, a da revolta dos marujos é uma delas”. (SILVA,1982, p.8/9).

O desejo do jornal de esquecer ou expurgar aquele conflito da nossa história republicana e apagá-la da memória nacional foi a forma mais eficiente que parte da elite brasileira encontrou de resolver o seu problema apelando para o esquecimento. Se ninguém fala nada a respeito de um determinado assunto é como se ele não tivesse existido. Mais felizmente essa página de nossa história que havia sido retirada dela, foi ela recolocada no seu devido lugar de fato e de direito quando Edgar Morel escreveu um livro sobre o título “A Revolta da Chibata: subsídios para a história da sublevação da Esquadra pelo marinheiro João Cândido em 1910”. Em 1979 onde o citado autor mostra como os marinheiros eram tratados na Marinha de Guerra do Brasil, os maus-tratos, humilhações, constrangimentos, punições etc. e o melhor de tudo, consegue ele entrevistar o próprio Almirante negro antes da sua morte e colocar partes de seu depoimento no livro, que quando foi lançado na época, surgiu como se fosse “uma bomba” em boa parte da opinião pública brasileira.

Mais adiante os compositores João Bosco e Aldir Blanc escrevem a letra da música “O mestre-sala dos mares” gravado pela inesquecível Elis Regina que aqui segue um trecho dela; que na época foi um grande sucesso musical, que teve parte da sua letra conservada:

Há muitos anos nas águas da
Guanabara um dragão do mar
reapareceu

Na figura de um bravo
 marinheiro
 que a história não esqueceu
 Conhecido como Navegante Negro
 Tinha a dignidade de um mestre-sala
 Ao aportar foi salgado no porto
 Pelas meninas francesas e por batalhões
 de mulatas (...)

A Revolta dos marinheiros brasileiros de 1910 contra os castigos físicos e outros aspectos humilhantes ou aviltantes de sua condição de vida na Marinha do Brasil, quando eles assumiram o controle sobre os mais importantes navios da Marinha de Guerra do Brasil os encouraçados das “Minas Gerais” e “São Paulo” e outros vários de menor porte, prendendo ou expulsando os oficiais que estavam a bordo e matando alguns que opuseram resistência armada ao seu movimento que passaram a exigir que acabassem os castigos, chicotadas, ameaçando o bombardeio da cidade do Rio de Janeiro, que além de capital federal era ela a maior concentração urbana do país, caso não fossem atendidas as suas reivindicações.

Esse movimento durou até 26 de novembro quando os revoltosos devolveram os navios aos oficiais e depuseram as armas transformando as suas exigências anteriores numa solicitação formal ao governo para que fossem abolidas aquelas práticas disciplinares e anistiados os envolvidos nos acontecimentos. Com o encerramento do problema da Revolta dos marinheiros de 1910 foi ele abalado pelo Ato presidencial de 28 de novembro que autorizava a exclusão, dos envolvidos na revolta, dos quadros da Marinha de Guerra por motivos disciplinares, anulando a anistia que havia sido dada aos seus membros. O decreto foi extensivo a prisão na Ilha das Cobras de vários revoltosos sob acusação de conspiração, onde 16 deles foram mortos depois do bombardeio àquela cadeia, 95 fuzilados e 105 desterrados para a Amazônia a bordo do navio Satélite para trabalhar nos seringais ou em outras atividades.

E por fim em 1917, temos a Greve Geral, bem no decorrer do surto industrial, período esse em que o Brasil está passando por uma transformação econômica bastante intensa, onde se está produzindo têxteis e alimentos, é nesse período também, que os trabalhadores estão sendo submetidos a uma carga horária de trabalho absurda, sendo essa submissão inadmissível, o que levou ao estouro dessa Greve Geral de 1917. Quem liderou esse movimento e os demais movimentos da República Velha são os anarquistas, especificamente, os anarcossindicalistas. De acordo com CARONE, 1989:

Social e politicamente, o proletariado é uma força que se manifestou de modo lento. De origem agrária, logo se avoluma com a imigração e desenvolve uma consciência política de tradição europeia. As primeiras organizações como o Partido Socialista Brasileiro (1902) e a Confederação Operária Brasileira (1908), refletem essas concepções. Os primeiros dez anos do século XX, além de mostrar certa maturidade organizadora no proletariado das grandes cidades (sindicatos, partidos e jornais), levaram-no a exigências de classe contra os baixos salários, baixo nível de vida e aumento do custo de vida. Com a abundância de mão-de-obra e pequenas indústrias, era possível manter uma ameaça constante contra aqueles que se rebelassem, pois o número de desempregados era grande. Apesar disto, greves explodiram frequentemente em determinadas indústrias (...) A resposta da classe dirigente se fez com a Lei Adolfo Gordo (1906), adaptação das suas congêneres europeias contra o anarquismo e que representava uma ameaça de expulsão do país de todos os estrangeiros denunciados pelos patrões ou pela polícia como ativistas.

A primeira grande manifestação de solidariedade de classe, que abre nova era para o proletariado, foi a greve de julho de 1917 em São Paulo, com caráter de greve de massa. As emissões desenfreadas a partir de 1914 levaram o país a uma alta constante no custo de vida, refletindo-se em dificuldade de crédito, aumento extorsivos dos gêneros e aluguéis, um mal-estar que atingiu diretamente as classes médias e o proletariado. Uma simples greve, como outra (...) pelo aumento de 20% nos salários numa fábrica do Conde Crespi, na Mooca, fez a união de todo o proletariado de São Paulo. Vendo recusado seu pedido os operários foram ao sindicato e apoiados pelos líderes anarquistas receberam novas adesões aumentando o número de grevistas que de 08 a 19 de julho tomaram São Paulo que só chegaram a um acordo "costurado" pelos patrões, classe trabalhadora e a intermediação do jornal "O Estado de São Paulo" (o grifo é nosso) que garantiu a liberdade aos grevistas presos, aumento dos salários dos trabalhadores, proteção às mulheres e menores que trabalhavam nas fábricas, jornada de 8 horas onde depois nada disso foi cumprido pelos patrões que mandaram prender, espancar e esquecer das promessas feitas à classe operária (CARONE, 1989, p.12/13).

Nessa "República das oligarquias", ocorrem alguns momentos de ruptura na estrutura política, criada pelo eixo MG/SP. Em 1910, acontece a campanha política denominada de civilista, desencadeada por Rui Barbosa, que tem como adversário político, Hermes da Fonseca. O primeiro, é apoiado por São Paulo, e o segundo, por Minas Gerais. Pela primeira vez, há uma separação no apoio para a presidência da república, entre esses dois Estados. Quem ganha essa eleição, é Hermes da Fonseca e conseqüentemente, as oligarquias mineiras. Em 1930, ocorre a última ruptura da política oligárquica. Minas, passa a apoiar a Aliança Liberal, e dessa vez perde a eleição para o candidato apoiado por São Paulo, mas, acaba colocando o seu candidato no poder, mediante um golpe dado pelos dissidentes das oligarquias, com o apoio dos militares.

O que nos chama a atenção é, que sempre que São Paulo e Minas Gerais estão juntos no apoio a um candidato à presidência, esse candidato ganha a eleição. Vemos isso, na eleição de 1919, onde Epitácio Pessoa e Rui Barbosa concorriam à

presidência; e o primeiro, apoiado pelo eixo Minas/ São Paulo, que acabaram por vencer aquela eleição para presidente da República. Também na década de vinte, Arthur Bernardes e Nilo Peçanha – sendo Peçanha, da reação Republicana – concorreram na campanha eleitoral de 1922, Arthur Bernardes, que era apoiado por esse eixo, venceu a eleição. Essa década de vinte, é um período bastante relevante para a História do Brasil e de Alagoas, e será feita a sua abordagem em um momento posterior.

Em Alagoas, segundo Douglas Apratto Tenório (2015), o “ciclo das oligarquias” e a política dos governadores trouxeram, de certa forma, estabilidade para o setor político. De 1900 a 1930, a política alagoana esteve basicamente sob o comando de dois ciclos oligárquicos, o “ciclo dos Maltas”, que esteve à frente do poder executivo, de 1900 a 1912; e o “ciclo de Fernandes Lima” que, a partir daí, perdurou na chefia estadual, tanto de forma direta como indireta, até 1930. Na condição indireta, ele esteve quando foi vice de Clodoaldo da Fonseca, em 1912. Em 1915, quando indicou Batista Acioli e em 1924, quando indicou o jornalista Pedro da Costa Rego, ambos, para o governo do Estado; inclusive, posteriormente, rompeu com eles, ou vice-versa. De forma direta, Fernandes Lima governou Alagoas, de 1918 a 1924, em duas eleições consecutivas, contrariando o que ele sempre desaprovou no “ciclo dos Maltas” que tinha, segundo ele, a pretensão pela “eternização no poder” político das Alagoas.

O destaque desse período, fica por conta da violência que ocorreu de forma bastante expressiva. No ciclo dos Maltas, ela marcou presença em pelo menos, dois momentos: em 1º de maio de 1906, por conta da campanha eleitoral, onde houve um intenso tiroteio, entre os partidos situacionistas e os oposicionistas. Como resultado dessa eleição, se confirmou o poderio de Euclides Malta a frente do executivo estadual. Depois, ao final desse ciclo, o governador deixa o poder em situação de tamanha violência, onde até os terreiros de candomblés afros são vitimados, mediante a destruição de vários deles e a perseguição a vários dos seus membros, obrigando-os a mudarem-se para outros estados mediante as perseguições que não cessavam.

Na noite de 1 de fevereiro, mais ou menos dez e meia da noite, quando boa parte da população já dormia (...) as ruas de Maceió foi palco de um dos espetáculos mais trágicos da história da capital – O quebra dos terreiros de candomblés de 1912 (o grifo é nosso) quando um grupo de rapazes, na sua maioria, empregados do comércio que chegaram ao número 311 da Rua do

Sopapo no bairro da levada casa de Manoel Luiz da Paz e sede da liga dos Republicanos Combatentes que de lá partiram para promover o quebra-quebra dos terreiros e o primeiro deles foi (o grifo é nosso) a casa de Chico Foguinho, “um dos mais afamados pais de santo de Maceió, como devoto de Santa Bárbara, cujos festejos eram abrilhantados por uma orquestração de adufes, chocalhos e latas, situados entre as ruas Barão de Maceió e Dias Cabral mas que transferiu o seu terreiro para o bairro da Levada motivado por disputas internas no terreiro.

Outra inquietude ocorrida na sociedade alagoana, foram os rumores da I Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa. Toda essa violência ocorrida no Estado, só nos confirma o estereótipo de violência pelo qual perpassa Alagoas, desde os seus primórdios, até os dias de hoje.

O primeiro terreiro atacado foi o de Chico Foguinho quando eles se encontravam no auge de uma cerimônia religiosa, alguns deles com a santa na cabeça. A multidão entrou porta a dentro quebrando tudo, batendo nos filhos de santo, e diversos objetos culto quebrados, lançados à rua onde se confeccionavam uma fogueira para tocar fogo em tudo.

Foram atacados os terreiros de João Funfum (João Aristides da Silva), do pai Aurélio (Aurélio Marcelino dos Santos) e o da Tia Marcelina que era quase onze horas da noite quando o seu terreiro foi invadido por quase quinhentas pessoas que destruíram móveis, utensílios, paramentos e objetos de culto foram arrastados para fora do terreiro para arderem numa grande fogueira, onde algumas filhas de santo escaparam, mais Tia Marcelina sofreu todo tipo de violência – um golpe se sabre na cabeça, além de chutes e pancadas ao longo do seu corpo, além do ataque a outros terreiros da capital e do interior como Pratagy, Sta. Luzia do Norte, Alagoas e Tabuleiro do Pinto (Maceió) (RAFAEL, 2008, p.27/45)

Em termos de novidade, o ciclo maltista, se preocupou em embelezar Maceió, mediante a urbanização das áreas em que moravam as elites; como também, mediante a construção de praças e prédios públicos, dando um caráter e civilidade a sua capital – cidade de Maceió – que se apresentava naquela época desde 1839, quando ela foi elevada à condição de Capital da Província e depois Estado de Alagoas, assentada sobre a restinga e os manguezais.

A novidade de seu governo, fica por conta do apoio que ele deu a intelectualidade alagoana, sempre viabilizando apresentações, ligadas a esse segmento, em diversos eventos ocorridos no país. Esse apoio se justifica pela sua condição de indivíduo letrado que era. No geral, sua influência direta e indireta, em decorrência desse ciclo, proporcionou algumas melhorias na situação do Estado, inclusive, com a abertura de algumas rodovias, ligando a capital ao interior, principalmente, no governo de Costa Rego.

2.2 Década de Vinte e o Movimento Tenentista

Na década de vinte, o mundo respira transformações culturais e econômicas que espanta o fantasma da Primeira Guerra Mundial. Tanto assim que no Brasil a década de 20 se destaca o movimento Tenentista e a Semana de Arte Moderna de 1922 que “falaremos” mais adiante. Mas esses anos dourados acabam, com a queda da bolsa de valores em Nova Iorque. Empresas falidas, desemprego em massa, a economia do planeta aperta o cinto. A crise econômica de 1929 quase varreu o sistema capitalista do planeta terra. Sem o dinheiro do café, a política do café com leite entra em crise e, as velhas oligarquias que governavam em proveito próprio, não se sustentam no poder e caem. Segundo, afirmação de Cano (1998):

O objetivo é fazer a ligação entre dois períodos históricos de maior significação para o entendimento do processo de formação e integração do mercado nacional: o que se inicia desde a afirmação da economia cafeeira no Brasil (1850) até a eclosão da crise de 1929. O problema maior consiste em não distinguir dois aspectos fundamentais da questão: o primeiro é que antes da ‘crise de 1929’, São Paulo já concentrava grande parte (37,5%) da indústria Nacional, com estrutura diversificada e, além disso, aí se concentrava as mais expressivas e adiantada agricultura da Nação. Tudo isto lastreado nas mais avançadas relações de capitalistas da produção do país. A economia paulista, diante da grave crise tinha que forçar a busca de sua recuperação. Fê-lo com avanço modernizador e ampliação das suas bases produtivas. E em segundo lugar ao contrário de São Paulo era débil o desenvolvimento ocorrido na periferia nacional, salvo raríssimas exceções. Diante das transformações geradas pela “crise de 29” reforçou-se o processo de competição capitalista inter-regional já nascido no bojo da década de 20 e no qual a periferia teve que se ajustar a uma nova “regra do jogo”, onde a economia de São Paulo passou a promover, a integração do mercado nacional de forma crescente tornando-se o centro de decisão maior da acumulação de capital do país (CANO, 1998, p.47/8).

A respeito da Semana de Arte Moderna de 1922, durante as “comemorações do primeiro centenário da Emancipação Política do Brasil” frente ao domínio Português, foi este movimento o verdadeiro grito de independência das artes

plásticas e artísticas e estéticas do Brasil do academicismo europeu, buscando se criar e forjar uma arte essencialmente brasileira buscando as nossas raízes históricas e culturais de origens indígenas, africanas, portuguesas e imigrantes europeias e de outras nacionalidades não-europeias. Procurou-se redescobrir o verdadeiro Brasil na sua essência com as suas particularidades regionais e locais, observando caso a caso.

Tudo teria começado em fevereiro de 1922 quando foi montado no teatro de S. Paulo aquele famoso Festival Arte Dadaísta, onde também teria a Semana de Arte Moderna de 1922 encabeçada por uma nova geração de artistas talentosos como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Di Cavalcanti, Vila Lobos e muitos outros. O objetivo maior deles era destruir ou acabar com os ranços acadêmicos vigentes que nos mantinha dependentes da Europa, que em 1917 a pintora modernista Anita Malfatti expôs os seus quadros que recebeu feroz crítica do escritor Monteiro Lobato que chamou mais a atenção da elite intelectual do país para aquela época e que inspirou outros artistas a se engajarem nas propostas dos modernistas de 1922, que no caso específico de Alagoas a Semana de Arte Moderna de 22 só vai acontecer em 1926 com o nome de Semana de Arte Nova com a adesão de vários artistas alagoanos como o pintor Lourenço Peixoto e outros artistas e intelectuais da época.

Os modernistas chocaram os conservadores de plantão com a sua agressividade (sem violência) e ela chegou a ser considerada como “molecagem” pelos mais conservadores que não aceitavam aquela arte. Ela foi um marco positivo na ativação de um grupo de artistas e intelectuais que se dispuseram a trabalhar por isso de forma consciente e coeso. Os modernistas queriam mostrar que não tinham medo no seu esforço para eliminação dos anacronismos que existiam na cultura brasileira.

O modernismo de 22 começou em São Paulo não apenas de seu progresso econômico – que o colocava em contato com todo o processo de renovação da cultura europeia da época – mais porque S. Paulo ao contrário do Rio de Janeiro não era ele sede daquelas duas instituições baluartes do conservadorismo da Cultura Nacional – a Escola de Belas Artes e a Academia Brasileira de Letras. O movimento modernista foi um fenômeno que se processou à nível das elites – uma progressista e uma outra mais conservadora, retrógrada – que mesmo assim escandalizou a sociedade da época. De acordo com LOPEZ, 1983:

A Semana de Arte Moderna não foi absolutamente uma proposta política e intelectualmente, não saiu dos domínios de uma elite culta e europeizada. A diferença é que essa elite estava atualizada com as renovações de vanguarda artística do Velho Mundo e procurava adaptar tal renovação a um conteúdo eminentemente nacional. A intenção dos modernistas de 22 foi chocar as consciências conservadoras e tiveram a sorte naquele momento de contar com o apoio prestimoso de Graça Aranha. Mais que uma proposta de estilo eles eram um novo estado de espírito de como encarar o mundo e as artes. Preocupou-se em adotar perante os valores de Arte Tradicional uma atitude iconoclasta, enfatizando a necessidade de destruí-las a bem de uma cultura nacional autêntica e que exprimisse verdadeiramente o nosso povo na linguagem do nosso século (LOPEZ, 1983, p.50/1).

A partir de 1894 as oligarquias retomam o poder, com uma pequena interrupção na eleição de 1910, e se mantêm nele até 1930. Existem dois grupos oligárquicos dominantes, as oligarquias paulistas e as mineiras. O primeiro representa os barões do café; e o segundo, o da pecuária. Por isso, a denominação de política do café com leite. Essa era uma modalidade política que visava, como já fora dito, os benefícios próprios das oligarquias envolvidas. Isso começou a incomodar alguns segmentos da sociedade brasileira, dentre eles, os militares de baixa patente das forças armadas, em sua grande maioria, os tenentes e foram eles que deram início aos primeiros movimentos, com a finalidade de reestruturar a república e promover uma ruptura total com o sistema político vigente. A esses movimentos, foram dados o nome de tenentismo. O tenentismo, foi um movimento da classe média brasileira, que visava a moralização da política republicana; visava também acabar com as fraudes eleitorais, por isso, defendia um novo sistema eleitoral, com a instituição do voto secreto. Objetivava também, uma administração pública que beneficiasse a todos.

O nacionalismo era o sentimento que os motivava. Francisco Iglesias, historiador que também trata desse assunto mesmo que nesse trabalho o faça de forma abreviada, “define” o tenentismo da seguinte forma: “o tenentismo é a cristalização do descontentamento do exército com os rumos políticos” (IGLESIAS, 1993, p.222). Para o autor, além das finalidades já expostas, o exército tinha outras pendências, dentre elas, a importância do seu papel para com a sociedade. Essa importância só é percebida quando, em 1920, ele recebe orientadores da França, que pretendiam conceder aos militares em formação, conhecimento de forma técnica, pois, até então, a formação do exército era voltada para matemática e filosofia. Todavia, após essa formação técnica esses militares passam a ter uma

nova visão de seu papel na sociedade que é de agente militar e social, ao mesmo tempo.

O ano de 1922, é um ano de eleição para presidente da república, os candidatos eram Arthur Bernardes e Nilo Peçanha. Peçanha, cria o movimento denominado de Reação Republicana, que vai dar muito o que falar nessa eleição. O clube militar, se levanta contra a candidatura de Bernardes, por causa de uma carta com afirmações pejorativas contra o exército, supostamente advinda desse candidato, todavia, essa carta falsificada advinha dos membros do movimento de Nilo Peçanha. Isso foi constatado e afirmado pelo próprio falsificador, posteriormente. Com a divulgação do teor dessa carta na imprensa, “O Correio da Manhã”, houve manifestações por parte dos militares das forças armadas, dá-se início aos movimentos tenentistas sendo reprimidos pelo então presidente, Epitácio Pessoa, que além de fechar o clube militar e prender seu dirigente, nomeou civis para a pasta do ministério da Guerra e da Marinha, algo inusitado para a época e para a história da República.

Dentre os movimentos tenentistas temos aqueles que são considerados de maior expressão, são eles: “O Dezoito do Forte de Copacabana”, em cinco de julho de 1922, que foi um movimento contra a posse do presidente eleito, Arthur Bernardes, onde dezessete militares mais um civil invadiram o Forte de Copacabana; dezesseis deles são mortos pelos militares fieis ao governo. O segundo e o terceiro movimento ocorreram em 1924, a “Revolta Paulista e a Comuna de Manaus”, todos são reprimidos. Ainda em 1924, ocorre a junção da coluna paulista com a gaúcha, formando oficialmente a “Coluna Prestes”, em 1925. Outro movimento, só que de cunho civil, foi a Revolução do Rio Grande do Sul, que aconteceu em 1923, contra o governo local – Borges Medeiros – e o governo federal.

2.3 A Coluna Prestes Vira Lenda.

A “Coluna Prestes”, de 1924 a 1927, percorreu cerca de 15 mil quilômetros do território brasileiro, com o intuito de chamar a atenção da população, em especial, do interior e do sertão contra a política corrupta e fraudulenta, praticada pelas oligarquias, inclusive a do coronelismo, que era uma prática do período, mediante o federalismo vigente na época.

Ao se retirarem de São Paulo as forças tenentistas de Isidoro Dias Lopes e Miguel Costa estão bem armadas e municadas. Em abril de 1925, ainda na região da Foz do Iguaçu, receberam a adesão das tropas de Luís Carlos Prestes, Capitão do Exército que havia sublevado a guarnição em que servia, em Santo Ângelo no Rio Grande do Sul. As duas forças foram a 1ª Divisão Revolucionária dividindo-se em duas brigadas: A de São Paulo comandada por Juarez Távora e a do Rio Grande do Sul, por Prestes. No comando Miguel Costa, Prestes acumula o cargo com o de chefe de Estado maior, Isidoro, que já contava 60 anos, foi para a Argentina como comandante de honra da Divisão, permanecendo ali até a “Revolução” de 193, que levaria os tenentes ao poder. Siqueira Campos, João Aberto Lins de Barros, Cordeiro de Farias, Djalma Dutra, Estilac Leal, João Cabanas, Filinto Muller e outros se distinguiram como comandantes de destacamento e a primeira Divisão Revolucionária virara lenda, percorrendo 15 mil quilômetros do território brasileiro, a pé e a cavalo, sem perder um único combate. Por causa da atuação destacada de Luís Carlos Prestes à frente do seu Estado maior, a Divisão entra para a história com o nome de “Coluna Prestes”. – Góis Monteiro in Gente que faz história Jornal Maceió 02/09/97 p. D.4 Fascículo nº 07.

Weffort (1979), fala da incapacidade e do desinteresse do tenentismo em se unir numa construção de ‘alianças sólidas’ com as camadas populares, tanto dos segmentos urbanos, quanto dos segmentos rurais. Talvez, tenha sido essa falta de interesse nessa construção, que demonstrou esse movimento uma tendência maior para uma romântica radicalização, do que para uma eficaz revolução política. Depois de ter travado mais de cinquenta combates sem ter sido vencida, enfrentando todo tipo de situação perigosa, desde simples bandidos, a bandidos como os de lampião; do mesmo modo, enfrentou tropas militares, todavia, a Coluna Prestes, venceu a todas. Até que em 1927, os componentes do movimento se exilam na Bolívia, porém, grande parte desses militares, com algumas exceções – inclusive, Luís Carlos Prestes, que não adere a Aliança Liberal – em 1930 retornam ao cenário político brasileiro, para juntos com a Aliança Liberal, elevar Getúlio Vargas ao poder e instituir a era Vargas, mediante a Revolução de 30.

Iglesias (1983) diz que o problema do tenentismo foi a falta de objetividade, mesmo sendo um movimento corajoso e decidido. Feita a Revolução, o presidente Washington Luís é deposto do poder, por um golpe de Estado. Do mesmo modo, Júlio Prestes é impedido de assumir o mandato e tudo isso ocorre, sob o domínio da Aliança Liberal.

Em Alagoas, essa década de vinte inicia-se com Fernandes Lima ainda a frente do executivo alagoano, cujo mandato vai até 1924. Posteriormente as suas gestões, quem ocupa o poder executivo são dois jornalistas, o pilarense, Costa Rego; e o palmeirense, Álvaro Paes, que dão ao Estado, um novo vislumbre,

mediante a administração que fizeram com seriedade e honradez. Também são eles, os primeiros governadores urbanos, a exercerem a chefia estadual. Apesar dessas novidades e melhorias, Alagoas deixou muito a desejar em termos de desenvolvimento. A situação periférica e a pobreza de um modo geral continuaram quase inalteradas; a desassistência à população carente só não foi maior, por conta do fator educação que obteve uma ampliação na aprendizagem, mediante a construção de mais escolas que possibilitou melhorias, mesmo que elas não tenham sido totais. Concernente à violência, essa década não foi diferente das anteriores, exceto, pelo empenho do então governador, Costa Rego, que na tentativa de acabar com ela, promoveu um processo de desarmamento, invadindo propriedades dos grandes latifundiários, em Alagoas e “comprando briga” com gente muito poderosa de Alagoas.

Com todo esse processo de desarmamento em execução, não foi possível impedir o assassinato do coronel José Rodrigues de Lima, chefe político de Piranhas, um dos supostos acusados pela morte de Delmiro Gouveia, que fora assassinado, dez anos antes da morte de Zé Rodrigues, como ele era conhecido em toda a região do Sertão e Sertão do São Francisco alagoano; integrada por Delmiro Gouveia. Esse cidadão, de origem cearense, Delmiro Gouveia, fez história em Alagoas e em outras partes do Nordeste brasileiro. Delmiro da Cruz Gouveia, veio para Pernambuco quando ainda era criança; quando adulto, começou a trabalhar como trocador de bodes até se tornar um exportador de “peles de bodes e ovelhas”. Sua visão empreendedora lhe rendeu boas condições financeiras, mas, também muitos inimigos, além de atrair muita inveja em torno de si. Fez muito, pelo Estado de Pernambuco, Bahia e Alagoas. Em Pernambuco fundou, em 1889, o Centro Comercial do Derby, sendo considerado, o primeiro shopping center do Brasil, e que fora incendiado, supostamente, por uma ação criminosa. Já na Bahia, ele construiu a primeira usina hidroelétrica, em Paulo Afonso, e a segunda no Brasil. Em Alagoas, entre outros empreendimentos que ajudou no desenvolvimento do Sertão, tivemos a implantação da fábrica de linhas, que criou nos europeus, que exportava para a América Latina o(s) mesmo(s) produto(s), certa divergência, por conta da competição que passaria a existir entre eles, a ponto dos representantes da indústria Machine Cottons, da Escócia, procurar Delmiro e pedir para que ele suspendesse o empreendimento de sua fábrica. Por conta disso, esses europeus são suspeitos também, como autores intelectuais, de ter matado o nosso “Mauá do Sertão”, como

ficara conhecido. Depois de toda essa violência ocorrida nesse período, chegam ao fim, os governos urbanos em Alagoas e a “República Velha” ou “República das Oligárquicas”. Inicia-se no Brasil, um novo período em sua História.

2.4 Revolução de 30 e a Era Vargas

De acordo com a estrutura da política do café com leite, e do acordo existente entre o eixo MG/SP, desde 1894; a eleição de 1930, deveria ter como candidato à presidência da república, um mineiro, apoiado por esse eixo. Como a economia, especialmente a do café, estava passando por dificuldades desde 1895, agravando-se a situação, mediante a crise econômica mundial de 1929, Washington Luís, não quis manter o acordo, preferindo que outro paulista, Júlio Prestes, desse continuidade à política econômica vigente. Sentindo-se traídos pelo então presidente, as oligarquias mineiras juntam-se as gaúchas e as da Paraíba e optam por lançar a candidatura do Gaúcho Getúlio Vargas, formando a Aliança Liberal, tendo como vice, o paraibano, João Pessoa. Apesar de ter feito uma boa campanha, Vargas perde a eleição para o seu concorrente.

Tudo parecia ir bem, com Vargas aceitando a derrota eleitoral, até que pouco tempo depois da eleição, seu vice, é assassinado em Pernambuco. Mesmo havendo a possibilidade de seu assassinato não ter nenhuma ligação com a política, a nível nacional, já que sua morte tinha motivação política, mas de cunho local; e também por motivos pessoais locais, a Aliança Liberal, com o apoio dos militares, se aproveita da situação para dar o golpe e assumir o poder.

Depois de alguma relutância, Washington Luís acaba cedendo e é deposto da chefia do país, dando início a uma ruptura parcial com as oligarquias vigentes. Assim como ocorreu com Marechal Deodoro, que assume o governo mediante um golpe e de forma provisória, assim também acontece com Vargas. Além do golpe, como resultado da quebra do acordo entre as oligarquias mineiras e paulistas, ele também é colocado no poder provisoriamente, até porque não fora ele, o vitorioso na eleição. Como afirma Tronca (1983):

Em primeiro lugar assumindo que, em 1930 ocorreu de fato, uma “revolução” no Brasil, inaugurando as condições que iriam permitir no decorrer dos anos seguintes, a modernização e progresso do país. 30 carrega em seu bojo, a construção de um Estado Moderno, à feição ocidental, suporte indispensável da futura industrialização (pesada) em grande escala, um Estado criador das classes sociais modernas (burguesia

industrial e proletariado) uma vez que os grupos sociais existentes antes, durante a República Velha, eram simples arremedo de classes, fragmentárias e em estágio de formação, portanto fracas. O que pretendiam as classes médias com os “tenentes” à frente? Basicamente, pretendiam a realização de um ideário liberal democrático: voto secreto, a moralização das eleições e vagas reformas sociais. A “revolução” de 30 foi o ponto de chegada, o resultado das pressões desencadeadas por esses grupos urbanos e aí ficaram as aspirações liberais-democráticas dessas camadas que teriam feito a “revolução” e não puderam ser atendidas em função da própria natureza dessas classes médias urbanas onde a sua sobrevivência social dependiam da grande propriedade agrária (TRONCA, 1983, p.8/10).

O governo provisório ocorre, de 1930 a 1934, daí é elaborada e promulgada uma nova constituição, onde ele é eleito de forma indireta, passando a exercer um governo constitucional que vai até 1937, quando surge, o Estado Novo que vai até 1945. Durante o período do governo provisório, ocorre a Revolução Constitucionalista, em 1932, toda sociedade paulista se revolta contra Vargas, exigindo a criação de uma nova Constituição para o país. Essa exigência era em consequência do presidente está no poder há mais ou menos dois anos, governando mediante decretos, aparentemente despreocupado em fazer com que o Brasil voltasse à sua situação de normalidade democrática.

Dessa forma passou-se a exigência de fazer uma Assembleia na Constituinte e criar uma nova Constituição. Para vitória dos revoltosos, isso acontece. Em 1934, é elaborada e promulgada essa nova Constituição, que traz novidades, inclusive, concernente ao voto secreto, reivindicação do tenentismo, ainda do período da “República Velha”. Também como novidade, institui-se o voto feminino, dando às mulheres, a partir daquele momento, o mesmo direito que era dado aos homens de participar da vida política do Brasil. E por último, uma novidade meio estranha, a criação dos deputados classistas. Não podemos esquecer que aquela Constituição foi inspirada na Constituição Polaca.

Esse deputado classista não é eleito diretamente pelo povo, e sim, pelos sindicatos de patrões e de operários, ou seja, esses deputados são eleitos pelas classes. Essa novidade é uma inspiração do fascismo contida nessa nova Constituição, que justamente com o voto secreto, o voto feminino e demais referências, dão um teor democrático bastante avançado. Além da presença de referências fascista em nossa Constituição, temos também, referências da Constituição da República de Weimar, relacionadas a questão democrática. Efetuada a eleição indireta, Getúlio Vargas toma posse, de seu governo constitucional.

Neste governo teremos a polarização política entre duas forças: a Ação Integralista Brasileira (AIB); e a Aliança Nacional Libertadora (ANL) que também dava a nível internacional, e que estavam em disputa. A Ação Integralista Brasileira (AIB), vai representar aqui no Brasil a ideologia do fascismo, a nível internacional. Essa força política tem como proposta a defesa de um regime totalitário, ou seja, uma ditadura totalitária. O grande idealizador desse movimento foi Plínio Salgado, que conta com a participação de Miguel Reali, que visam como trabalhar na realidade brasileira para que o fascismo por aqui perdurasse.

Em 1935 surge a Aliança Nacional Libertador (ANL), que é antifascista, agregando a si todas as forças liberais democratas, socialistas, comunistas, que se dizem contra o fascismo e que luta contra ele, formando essa grande frente, denominada de ANL. Seu surgimento e crescimento, são rápidos; do mesmo modo em que ocorre o seu desaparecimento político. Essa organização política surge em 35, e nesse mesmo ano ela deixa de existir.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) reage e realiza a chamada Intentona Comunista, que são levantes nos quartéis. A frente desses levantes, promovendo e estimulando, está Luís Carlos Prestes, que havia publicamente informado de sua adesão ao comunismo. Prestes, também não quis fazer parte do governo de Vargas, porque via nas alianças feitas pelo governo, concessão ou reaproximação com as oligarquias, que eles os militares, queriam ver fora do poder.

A Revolução de 1930 abriu uma brecha no sistema aparentemente monolítico da oligarquia e permitiu a erupção de diversas forças sociais reformistas que a repressão da “República Velha” impedia de se manifestar adequadamente. O Partido Comunista como uma dessas forças que estavam em ascensão e ele teve a grande oportunidade quando do fracasso do tenentismo e da fragilidade da Constituição de 1934 provocaram diversas frustrações e a solução revolucionária começou a ser encarada com seriedade. Prestes, passou a ser a lenda viva do tenentismo ingressou no Comunismo e ele se tornou uma liderança tão forte no interior do movimento Comunista. O governo de Vargas chegou a saber da conspiração que levou à “Intentona Comunista” de 35 e tudo ignorou até o último momento? Leôncio Basbaum diz claramente que Vargas sabia de tudo e até (estimulou) a conspiração para se valer dos temores da classe dominante e com o apoio dela, continuar no poder. Em fim Vargas, pretendia estimular a luta de classe e sair dela como o maior vitorioso. A pressão dos ultras-acionários levou Vargas a fechar a ANL em fins de 1934 antes que tivesse ocorrido a real mobilização do operariado e da pequena burguesia. A “Intentona Comunista” aconteceu em novembro de 1935 em Natal, Recife e Rio de Janeiro e não passou de um conjunto de rebeliões isoladas sem maior coordenação e carente de conexões internas (LOPEZ, 1983, p.81/2).

Ingressado no Partido Comunista e fazendo oposição ao governo, Prestes promove vários levantes nos quartéis do Brasil, sendo todos fracassados. Segundo Iglesias (1993), essa Intentona Comunista, será usada por Vargas, como pretexto para que o “estado de sitio” seja instalado em seu governo. De fato, de 35 a 37 o país é governado sob esse estado de sitio. Em 37, deveria haver eleição, as vésperas dela, o presidente surpreende o país com o plano COHEN, um falso plano atribuído aos comunistas, e que é uma suposta implantação de uma ditadura comunista, aqui no Brasil. Mediante esse falso plano inventado, o governo se antecipa e dá um golpe de estado, instalando com isso, o Estado Novo, em 1937 (o governo dá um golpe nele mesmo e justifica a implantação de uma ditadura).

Duas coisas nos chamam a atenção nesse Estado Novo, a centralização e a política/intervencionista estatal. Essa centralização já passa a ser colocada em prática, de forma imediata. O presidente outorga a Constituição, encerrando com todos os partidos políticos por meio de seu fechamento; também fecha as Câmaras Municipais, as Assembleias Legislativas e o Congresso Nacional.

Como resultado disso, durante esse período de ditadura só os dois poderes, estivera em funcionamento, o executivo, nas mãos do presidente, e o judiciário, manipulado por ele também. Com a finalidade de centralizar ainda mais seu poder, ele cria outros mecanismos, dentre eles, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), como também, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), cujas finalidades desse DIP são divulgar o regime, ou seja, propagandear o regime vigente e promover censura a jornais, revista e as casas de espetáculos. Iglesias diz que o Estado Novo, não foi um período democrático para a História do Brasil. Por outro lado, o autor considera o período, como sendo de grandes conquistas materiais para o país. Outra criação desse período, foi a Polícia Especial (PE), que deveria agir contra aqueles que não quisessem se submeter a essa nova modalidade governamental. Essa Polícia Especial, investigava a vida dos opositores do presidente; também fazia, se necessário, “pressão” por meio da prisão, tortura e do desaparecimento de muitos opositores ao governo.

Em relação à política externa, a situação do Brasil sofrera alteração mediante a entrada do Brasil, na Segunda Guerra Mundial, cuja postura de Vargas era motivo de relevante curiosidade. Até 1941 sua política externa era de neutralidade, recheada de pragmatismo, isso ocorria porque até aquele momento o Brasil negociava tanto com países europeus, quanto com os norte-americanos. Vendia

seus produtos para aqueles que pagassem um preço maior, todavia, a partir de 41, objetivando constituir as estatais, o presidente pega empréstimos com o governo norte-americano, isso provoca uma tomada de posição por parte do governo brasileiro, que passa a apoiar os aliados.

Essa sua determinação de apoio aos aliados vai lhe causar graves problemas, pois, surge em 43 o manifesto dos mineiros que aponta exatamente essa contradição. Como podemos enviar tropas da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para lutar contra as terríveis ditaduras na Europa, se aqui no Brasil vivia-se uma ditadura? A partir daí, dá-se início a um processo de redemocratização que surge a partir de 45. Esse processo é conduzido, especificamente, por conservadores e forças políticas que desejavam a volta da democracia. Enquanto isso, Vargas, no final de seu governo, começa a assumir uma postura de cunho nacionalista, passando a incomodar os grupos conservadores brasileiros.

Em 1945, já criada uma diversidade de grupos políticos, ocorre o golpe contra o governo de Vargas, advindo dos grupos conservadores, inclusive, com a participação do alagoano e general Pedro Aurélio de Góis Monteiro. Com isso, encerra-se o Estado Novo e dá-se início ao período que será denominado de democracia ou, “República Populista”.

Em Alagoas, a “Revolução” de 30, assim como foi com a proclamação da república, teve uma reação tímida, e até certo ponto, desacreditada. Não houve aqui, movimentos revolucionários prévios a favor dessa “Revolução”. Segundo Carvalho (2015), até a notícia desse acontecimento, que foi tão importante para o Brasil, “chegou aqui com atraso de, pelo menos, uma semana. Não se sabe se isso é o resultado de um descaso a nível local, ou nacional”. Iniciado esse movimento no dia 3 de outubro, nos Estados do Sul do país, expandindo-se para os demais Estados da federação, finalmente chega em Alagoas a notícia que, para muitos foi bem-vinda; para outros nem tanto. Quem faz a divulgação dessa novidade em território alagoano é Juarez Távora, que vem de avião e do alto distribui panfletos, convidando as pessoas a aderirem ao movimento. Essa ação de Távora foi determinante para que o exército e a polícia militar tomassem sua posição a favor desse movimento.

Diante da “Revolução” de 30, Álvaro Paes se sente obrigado pelas circunstâncias a abandonar o governo. Sem condições de apoio dos civis e militares, não lhe resta outra opção senão fugir para a Bahia. De acordo com a abordagem de

Carvalho, não houve nenhuma reação, inclusive, com a chegada das tropas militares de Pernambuco, ao contrário, houve foi uma adesão muito grande da população, querendo usar adereços, como uma demonstração de apoio a causa dos rebelados.

Esse novo período da história política brasileira, proporcionará para Alagoas uma situação de instabilidade política, tal qual se deu, no início da República. Num primeiro momento, Juarez Távora na condição de líder militar, aqui no Nordeste, e o paraibano, José Américo de Almeida, na condição de líder civil, nomeiam e dão posse a um triunvirato, governo provisório, que é composto por Hermilo de Freitas Melro; Orlando Valeriano de Araújo e Alfredo de Maia, surgindo mais uma vez, a política de intervenção. Como esse novo momento político promove uma ruptura, mesmo que parcial, nas oligarquias dominantes, esses interventores, por determinação do governo federal, iniciam um processo de desarmamento contra os grandes latifundiários – que se posicionaram contra Getúlio Vargas e a Aliança Liberal – os famosos coronéis, principalmente no Nordeste. Com essas novas determinações, o poder dos senhores de terra fica restrito, inclusive, na influência que eles tinham nas sedes municipais, que eram as áreas tradicionais de dominação política do conservadorismo.

No geral em Alagoas, essa nova fase política vivida pelo Brasil, propiciou menos desenvolvimento do que no restante do país. E esse pouco desenvolvimento ocorreu, em todos os aspectos praticamente. É possível que essa ocorrência tenha se dado, por dois fatores essenciais: primeiro, pelo fato da economia em Alagoas está centralizada na cana-de-açúcar e na pecuária. Segundo Cícero Péricles de Carvalho, “(...) Num Estado de base agrícola, o complexo cana pecuária limitava por sua pouca dinâmica, o desenvolvimento econômico e social alagoano” (CARVALHO, 2015, p. 295).

Ao contrário, segundo ele, de outras culturas de cunho comercial, que conseguiram por quase um século reforçar uma pequena produção agrícola e sustentar um significativo parque têxtil que no seu período áureo chegou a ter desde a sociedade anônima. União mercantil fundada pelo Barão de Jaraguá (José Antônio Mendonça) fundada em 1857, que foram ao todo cerca de 13 estabelecimentos fabris, segundo podemos verificar no quadro abaixo:

Tabela 1- Alagoas: Fábricas de tecidos (1857/1925)

NÚMERO	ESTABELECEMENTOS FABRIS (NOMES)	ANO DE FUNDAÇÃO	LOCAL
01	Fábrica União Mercantil	1857	Distrito de Fernão Velho – Maceió
02	Fábrica Cachoeira	1888 Fundação – 1890 funcionamento dos teares	Santa Luzia do Norte na época, hoje Rio Largo
03	Fábrica Progresso	1893	Santa Luzia do Norte na época, hoje Rio Largo
04	Fábrica Pilarense Fiação e Tecidos	1892	Pilar
05	Companhia Industrial Penedense	1898	Penedo
06	Fábrica de Rendas e Bordados	1909	Pilar
07	Fábrica Alexandria	1911	Bairro da Cambona – Maceió
08	Companhia Fiação e Tecidos Miguelense	1913	São Miguel dos Campos
09	Fábrica de Fiação e Tecidos Santa Margarida	1914	Maceió
10	“Fábrica da Pedra” União Mercantil	1914	Delmiro Gouveia
11	Fábrica Vera Cruz Cotonifício Nogueira	1925	São Miguel dos Campos
12	Fábrica Norte Alagoas	+ 1925 (?)	Distrito de Saúde – Maceió
13	Fábrica Marituba	(?)	Piaçabuçu

Fonte: LIMA, 1998

Um exemplo disso, da diversificação agrícola, é a cultura do fumo que conseguiu dinamizar as pequenas propriedades do agreste alagoano. O segundo fator, que é possível ter favorecido para o pouco desenvolvimento do Estado, foi a Segunda Guerra Mundial, que provocou uma diminuição nas exportações, em uma economia agroexportadora (açúcar e algodão), cujas exportações era um fator de essencial importância que passou aos poucos a se diversificar em Alagoas, muito timidamente, por sinal.

As disputas políticas ficaram concentradas em duas correntes e grupos de esquerda e de direita, como acontecera a nível nacional. A agitação internacional, mediante a Revolução Russa e a ascensão do fascismo, teve significativa influência no interior dessas correntes e grupos políticos. O Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que obteve a adesão de Luís Carlos Prestes, marcou presença na política

alagoana. Do mesmo modo na oposição, a Ação Integralista Brasileira (AIB), tendo como líder nacional, Plínio Salgado, esteve representando a direita. Como já falado, foi esse um período de grande instabilidade política e de divisão familiar nos Góis Monteiro, principalmente no período de 1934 a 1941, quando Osman Loureiro, sogro de Edgar de Góis Monteiro, do Partido Republicano, traz para fazer parte do seu governo, membros das oligarquias que a evolução havia derrubado. Essa atitude de Loureiro, desagradou a Silvestre Péricles e a outros, como por exemplo, Fernandes Lima, que comungava dos mesmos pensamentos e interesses de Péricles, do Partido Nacional, e que preferiu manter-se na oposição.

Ao término do governo de Osman, Ismar de Góis Monteiro, é quem assume a chefia do poder executivo, seu principal objetivo é fazer uma administração equilibrada em todos os sentidos, inclusive, no político, para evitar dissensão entre as duas facções, em disputa, lideradas por membros de sua família. Com o objetivo de dar um fim à violência e aos abusos praticados em diversos segmentos, no Estado, Ismar traz para Alagoas, dois nomes de grande relevância, Ari Pitombo, delegado do Distrito Federal; e Muniz Falcão, funcionário do Ministério do Trabalho. Essas duas figuras, procurarão fazer a diferença no território alagoano. É também nesse período, que começam a ser plantadas as raízes para uma posterior vida política de Muniz Falcão que começa a partir da década de 50, após o processo da redemocratização do país, exatamente, no auge do populismo.

3 Sebastião Marinho Muniz Falcão: de Liderança Populista ao seu Impeachment.

Antes de falarmos da personagem histórica Sebastião Marinho Muniz Falcão, das suas origens familiares, até ele tomar posse do Governo do Estado de Alagoas e o seu impeachment, vamos primeiramente falar um pouco sobre o que é populismo e que impacto este fenômeno sociológico teve sobre a vida alagoana, entre as décadas de 1950/60; para que possamos melhor entender o contexto histórico de época.

O populismo é um fenômeno político, social, cultural e ideológico de um tema bastante polêmico, amplo e diversificado que apresenta uma dependência estrutural com o desenvolvimento agrário com o industrial na sua correlação com as crises, tensões conflitos do período anterior a “Revolução de 30” e a crise do Golpe do Estado Novo e a redemocratização depois de 1946 até o advento da Ditadura Militar no Brasil pós 1964. A “política de massa” diferentemente da “política de partido” é onde se apoia os fundamentos da democracia populista que se organizou nas décadas que antecedem ao golpe de 64.

Na História da América Latina na década de 1950 uma série de sociólogos e cientistas políticos se debruçaram em estudar figuras polêmicas do porte de um Getúlio Vargas e João Goulart no Brasil em momentos diferentes da história brasileira; Juan Domingos Perón na Argentina; Lázaro Cárdenas no México; Victor Paz Estenssoro e Hermán Silas Zuazo, na Bolívia, em momentos distintos da história da Bolívia e José Maria Velasco Ibarra no Equador onde todos eles apresentavam uma série de características em comum que partem do pressuposto de que o populismo ocorre numa situação de “transição”, da passagem da assim chamada sociedade tradicional – para com uma sociedade moderna – capitalista, urbana e industrial, que convivem lado a lado. As raízes do populismo estariam associadas a uma assincronia entre os processos de transição de uma sociedade para chegar-se a outra:

Na América Latina a mobilização prematura das massas gerando pressões sobre o aparelho político, não encontrou amadurecidos os canais de participação política exigidos. Assim a integração das massas não ocorre como no modelo europeu, surgindo a possibilidade de manipulação das massas – caracterizada pela coexistência de traços tradicionais e modernos em sua constituição – por intermédio das elites defensoras do status quo” (PRADO, 1981, p.10).

Várias concepções a respeito do populismo aparecem por alguns teóricos de que se manifesta muitas vezes nas condições de ruptura de sistemas, das dicotomias entre elite x massa, carisma x demagogia, democracia x autoritarismo, populismo x fascismo e outros, demais fenômenos sociais e políticos. Para Francisco Weffort “a singularidade do populismo viria do ‘vazio político’ resultante do enfraquecimento ou o colapso, conforme o caso, oligarquia hegemônica no momento anterior”.

O anseio ou o desejo da construção de uma “nova ordem” social, econômica ou política e o próprio esgotamento das forças políticas vigentes e como se dão as relações sociais intrínsecas num “aparente” ciclo vicioso onde são fatores que vão procurar esses movimentos, buscando preencher as lacunas deixadas pelos grupos dominantes anteriormente à dominação populista. Uma manifestação sempre observada pelas lideranças populistas do tipo elite massa onde muitas vezes se observa pela classe dominante a manipulação de detores populares ou mais pobres, principalmente da classe operária dando condições materiais de trabalho, aparelhando-a e fazendo com que aquela classe social (a operária) não tenha ou não possa espontaneamente construir as suas devidas consciências críticas (ou autocríticas) garantindo assim que essas massas populares não possam avançar com as suas devidas aspirações políticas.

Outro aspecto de populismo que aqui não deve ser deixado de comentar ou falar é um aspecto que caracteriza profundamente o populismo é a relação carisma demagogia que ocorre quando o líder político ou um governante que possui o seu carisma, digamos, que é uma qualidade especial de cada indivíduo que se utiliza deste fundamento ou “dom” que através de um discurso político demagógico com uma retórica convincente dirigida aos anseios “da massa” popular, numa linguagem de cunho emocional e muitas vezes nacionalista que “fala” dos ricos e pobres, dos descamisados (do Collor), dos desempregados, fazendo sempre promessas, criando um entusiasmo coletivo e favorecendo a comunicação com os seus seguidores utilizando-se dos meios de comunicação de massa a seu favor.

Enquanto o populismo está evidentemente ligado a vários outros fatores que caracterizam ou podem caracterizar o movimento de massas como um todo que encontram manifestações de mudanças, aspirações de uma ou várias classes

sociais como também de como as massas se comportam em determinadas circunstâncias sociais e históricas.

Contudo, o populismo é considerado como um fenômeno social e político, dissociado das relações de classes em desenvolvimento com base num tripé formado pelo crescimento da economia, a ideologia e a tecnologia, já que ele apresenta um movimento ou dinâmica histórica próprias de cada Estado ou povo em seus devidos contextos históricos.

3.1 Quem foi Sebastião Marinho Muniz Falcão?

O Estado de Alagoas viveu nas décadas de 50 e 60, se não o período mais difícil, pelo menos, um dos mais inusitados de sua História político-administrativa. No centro desse inusitado período, está a figura de Sebastião Marinho Muniz Falcão – meu objeto de trabalho – um pernambucano, que mesmo desprovido de dinheiro e não pertencendo a nenhum grupo oligárquico, conseguiu construir em Alagoas, uma História e um nome, mediante o carisma que conseguiu despertar nas camadas médias e baixas da população alagoana. Em sua condição de estadista, fez, no pouco tempo de sua gestão, por Alagoas e pelos alagoanos mais necessitados, bem mais do que aqueles que são naturais da terra, e que pouco fizeram para que houvesse um melhor desenvolvimento, nos aspectos político, social e econômico do Estado.

Não podemos negar que toda essa disposição lhe custou um alto preço. Além do ódio e desprezo que ele sofreu advindos de seus opositores, sofreu também em 1957, um processo de impeachment, resultante de uma ferrenha perseguição política, do qual saiu vitorioso. Já na década seguinte, não teve a mesma sorte, mesmo vencendo a eleição para governador, não teve seu nome homologado pela assembleia legislativa. A partir disso, foi desconsiderado o resultado das urnas e a vontade do povo que o elegeu.

Ainda hoje, pouco se fala sobre essa figura que fez história em nosso Estado. Não se sabe se esse silêncio ocorre por medo, ou por simples negligência à valorização do trabalho por ele empreendido. Quando lemos o livro *O Impeachment*, de Oseías Cardoso, percebemos o quanto os opositores de Muniz, o repudiam. Eles não conseguem ver em nenhuma de suas ações, algo que seja merecedor de sua aprovação. Tudo o que ele fez, seja na condição de delegado do trabalho, quando

da gestão do interventor, Ismar de Góis Monteiro, no período das intervenções e depois no governo constitucional de Silvestre Péricles; seja como deputado constituinte; ou como governador, é visto por seus adversários, como algo prejudicial ao Estado e a população alagoana. A quem podemos atribuir essa visão negativa do trabalho de Muniz? Aqueles é claro, que se sentiram incomodados em todos os momentos de sua atuação no Estado, nos quais, ele teve enfrentamentos com as oligarquias locais. Ainda bem, que essa não é a visão de todos.

Para o homem comum alagoano, os menos favorecidos, além dos cronistas não assalariados, que veem em Muniz Falcão a figura de um homem que se preocupava com a recorrente mesmice, vivida pelo Estado, nos aspectos políticos; econômico e social, mesmo diante de um quadro político propício ao desenvolvimento, a nível nacional, a partir da década de 30, viviam em situação de subdesenvolvimento, em comparação a outros Estados da federação, especialmente os da região Sul/Sudeste. Muniz lutou até os seus últimos momentos de vida pública, objetivando mudanças que elevassem Alagoas para um melhor patamar, da condição desses aspectos. Foi mal visto por uns, mas admirado por muitos, que conseguem reconhecer sua relevante contribuição para o desenvolvimento do Estado.

Dentre os históricos, que abordam a trajetória política de Muniz, Douglas Apratto Tenório é o que faz uma abordagem mais imparcial sobre os acontecimentos que norteiam essa trajetória. Ele faz um relato tão esmiuçado, que se torna quase impossível, até mesmo para os leigos no assunto, não conseguir reconhecer a importância que esse estadista teve, principalmente, na construção de uma nova consciência ideológica, para as classes médias/baixas, que têm nesse período, a oportunidade de emergir e emergem, especialmente, nos aspectos político e no social trabalhista. A ascendência participativa na política, dessas classes, possibilitou ao Estado de Alagoas, vivenciar a plenitude do populismo nesse período – a exemplo do que estava ocorrendo no Brasil.

Segundo Tenório (1995), Muniz Falcão era um político populista, defensor e praticante da democracia e tinha o nacionalismo como sua bandeira política. Era um homem de princípios nobres, bastante equilibrado no seu modo de agir. Herdou muito dos ideais do tenentismo e absorveu, a partir da década de 50, o populismo de Silvestre Péricles, que surge a partir da Revolução de 30 e decai na década de 50,

diante da vitória de Arnon de Mello, na eleição para governo do Estado, que derrotou Luís Campos Teixeira, candidato apoiado por Silvestre Péricles.

Douglas Apratto Tenório em sua obra, “A Tragédia do Populismo”, faz uma minibiografia sobre a vida de Muniz. Segundo o autor, ele nasceu em Araripina, cidade pertencente ao distrito de Ouricuri, no sertão de Pernambuco, no dia 6 de janeiro de 1915. Seus pais, o Sr. Lídio Marinho Falcão e dona Floripes Muniz Falcão, apesar de terem uma vida simples, na condição de agricultores e criadores, eram pessoas de relevante conceito. Sua família era até certo ponto, considerada como tradicional naquela região. Tinha ramificações nos Estados da Paraíba e do Ceará. Politicamente falando, essa família tinha certo prestígio, a ponto de constituir um deputado em Pernambuco. Todavia, o que lhe causava mesmo enorme orgulho, era o fato de no século XIX, ainda no período imperial, um de seus ancestrais ter organizado e comandado, na Guerra do Paraguai, um batalhão de voluntários, formado por sertanejos, que foram lutar a favor do Brasil. Receberam como prêmio, em função da vitória, a bandeira imperial que fora trazida e era considerada por todos da cidade, como uma relíquia.

Apesar da humilde condição financeira dos pais de Muniz, eles viam a educação como algo de grande relevância para a vida de um indivíduo, por isso, em 1926, encaminha o filho ao colégio Diocesano do Crato, no Ceará, quando ele tinha apenas 12 anos de idade. Lá no colégio, esse menino de tão pouca idade, consegue atrair a admiração do padre Francisco Pita, diretor do colégio, pelo seu desempenho demonstrado nos exames que fizera. Também foi merecedor da profecia de um futuro promissor e de elogios, tanto na conduta moral, quanto na educacional.

Em 1927, o padre Francisco Pita organizou uma excursão com os alunos, para irem visitar em Juazeiro, também no Ceará, o padre Cícero Romão Batista, que os recebeu sabatinando-os individualmente, todavia, Muniz recebeu dele, a profecia de que seu futuro seria próspero, se assim fosse a vontade de Deus, confirmando o que já havia sido falado pelo padre Pita, que ao escrever para o pai de Muniz faz o seguinte comentário:

Apraz-me comunicar que o seu estudioso filho foi aprovado com distinção no concurso de admissão. O mesmo possui vivaz inteligência e uma educação exemplar que creio lhe vem de berço e pode ter um futuro promissor, a Deus querer (DIÁRIO DE ALAGOAS, 1966, p.6).

Ao término do ciclo básico de humanidades, por não ter condições financeiras para cursar uma faculdade, foi obrigado, pelas circunstâncias, a visionar a melhoria de sua condição de vida, no Sul do país, secundarizando o sonho que tivera de fazer faculdade de medicina. Em 1933, embarca de Salvador para o Rio de Janeiro, lá chegando e consciente de sua real situação, opta por uma carreira condizente com a sua realidade financeira. Assentou praça no exército e foi evoluindo, primeiro se tornou cabo, depois sargento, por meio de cursos que fizera. Lutou contra a Insurreição Comunista, pegando em armas para defender a legalidade. Como resultado de sua passagem pela vida militar, obteve qualificações intelectuais e valores morais, como por exemplo, noções de método; arraigada a disciplina; e relevante inclinação ao nacionalismo e aos ideais de mudanças, herdados do tenentismo.

Em 1937, por motivo de saúde, Muniz é impedido de dar continuidade a sua carreira militar e deixa o exército, todavia, por meio de concurso público é admitido no DASP. Lotado no Ministério do Trabalho, inicia sua carreira profissional no serviço público, na função de escrevente datilógrafo. Em 1941, ele é designado para exercer a função de delegado do trabalho, no Estado de Sergipe, deixando alguns meses depois esse Estado, vindo para Alagoas em 42, para presidir um inquérito de agressão, que o delegado em exercício havia sofrido. Cujas agressões haviam sido praticadas por um empresário, inconformado com a atuação do então delegado, em plena praça pública.

Na década de 40, o Brasil vivia o período da ditadura do Estado Novo, da era Vargas. Um período em que os Estados tiveram sua autonomia ainda mais restrita, diante do fechamento em 37, das assembleias legislativas. Ocorre também nesse momento, a extinção dos partidos políticos e o cerceamento da liberdade de imprensa. A finalidade dessas medidas, tomadas por Getúlio Vargas, era para manter o poder centralizado em torno de si. Já os Estados, continuavam sendo governados pelos interventores. Essas intervenções administrativas eram uma prática comum no Brasil república. Em Alagoas, Osman Loureiro, terminava logo no começo da década de 40, seu período prolongado de governo, que começara em 34, sendo substituído na ocasião, por Ismar de Góis Monteiro. Este, preocupado em equilibrar a administração pública estadual e evitar maiores divergências entre as duas facções políticas, lideradas por membros de sua família, traz para Alagoas, duas figuras de fora do Estado e de relevante conceito nas áreas em que atuavam.

Para tentar resolver o problema da violência no Estado, é trazido Ari Pitombo, para ocupar a Secretaria do Interior e Justiça. Já para fazer valer a legislação trabalhista, o novo interventor traz para ocupar a Delegacia Regional do Trabalho, Muniz Falcão. Essas duas figuras posteriormente, serão inseridas no quadro político de Alagoas.

Este último, por causa da postura de enfrentamento que teve com as oligarquias dominantes locais, não permaneceu por muito tempo em Alagoas, a frente do cargo para o qual fora designado, pelo menos, nesse primeiro momento. Com a deposição de Vargas em 45, que propiciara a manipulação política dessas oligarquias, Muniz é transferido para a Bahia, para exercer a mesma função naquele Estado. O que esses grupos oligárquicos não imaginavam era que, em 47, ele voltaria à Alagoas para dar continuidade ao trabalho iniciado por ele, em 1942.

Esse período das intervenções, que se inicia na década de 30, foi também de grande instabilidade para a política alagoana. Todos que estiveram envolvidos na Revolução, sejam aqueles envolvidos desde o primeiro momento, ou os de última hora, queriam assumir essa nova ordem política. Aqui em Alagoas, a exemplo dos demais Estados da federação, ocorrem disputas entre as facções políticas que estavam no poder e as que queriam assumi-lo, provocando muitas vezes, situações de violência, tanto aqui, quanto em vários outros pontos do país. Por isso, a preocupação de Ismar, em procurar meios disponíveis para manter a ordem em seu Estado. Depois que Ismar deixa o governo, por ter sido eleito senador, quem ocupa a chefia do Estado é seu irmão, Edgar de Góis Monteiro, sogro de Osman Loureiro. Não demorou muito e ainda em 45, ele entrega o governo, que é assumido por Antônio Guedes de Miranda, e vai até 1947, quando finalmente ocorre a eleição constitucional e por voto direto, sendo eleito Silvestre Péricles, para governador de Alagoas.

Apesar de pertencer a um dos grupos oligárquicos do Estado, Silvestre Péricles adotou, a partir da década de 30, uma postura política de oposição às oligarquias, principalmente, aquelas que decaíram mediante a Revolução. Essa posição adotada por ele tem sua ocorrência já no governo do interventor Afonso de Carvalho, trazendo para compor seu governo, nomes que faziam parte das oligarquias derrubadas pelos movimentos da Revolução de 30, dentre eles, Osman Loureiro. Do mesmo modo, ocorreu na gestão de Loureiro, que as representava, por ser genro de Edgar de Góis Monteiro, causando em Silvestre Péricles, enorme

insatisfação. Todavia, ele se mantém no PN, partido do qual, saíram dissidentes para a formação do PRA, formado pelas oligarquias conservadoras. Insatisfeito com os rumos que a política local havia tomado, esse rebelde dos Góis Monteiro, passa a liderar outra facção política, e a fazer oposição ao(s) grupo(s) que estava(m) na vigência do poder.

Sua postura de oposição lhe trouxe muitos problemas, mas também causou muitos aos seus desafetos políticos. Quando se tornou governador em 47, pelo PSD, exerceu seu mandato em situação de conflitos e muita violência. Para confrontar os poderosos de Alagoas, e tornar efetivo o nacionalismo a que havia aderido na sua nova postura política – pois ele almejava por mudanças – traz para Alagoas para novamente exercer o ofício de delegado do trabalho, Muniz Falcão, que mesmo tendo sido transferido para a Bahia, manteve vínculos com o Estado e com os alagoanos, inclusive, vínculos de amizade; além de ter dado continuidade aqui ao seu curso de direito, iniciado em Recife. Isso foi primordial para que, o então governador, se lembrasse dele.

Como já era de se esperar, sua vinda para cá, não foi nada agradável às elites locais. Foi vítima de todo tipo de acusação. Além de criar um clima de divergência entre trabalhadores e empregadores, segundo seus perseguidores, foi acusado também, de interferir na situação política do Estado. Como nesse segundo momento ele fazia parte do governo de Silvestre, era extremamente radical, sua permanência à frente da Delegacia do Trabalho, mesmo diante de tantas acusações, foi mantida. Silvestre Péricles, chegou a fomentar, dizendo ao presidente da república, naquele momento, Eurico Gaspar Dutra, que inclusive, era um político mais voltado ao conservadorismo, que se houvesse uma nova destituição de Muniz, de sua função, ele mesmo, o governador, o contrataria para ocupar a Secretaria do Interior e lhe seriam concedidas atribuições, para que fiscalizasse as relações trabalhistas.

Nesse segundo exercício de sua função a frente da DRT, o delegado do trabalho legalizou dezenas de sindicatos urbanos de quase todos os segmentos trabalhistas, dentre eles, os têxteis, gráficos, metalúrgicos, professores, bancários, comerciários, etc. Também criou federações, que viabilizou a instalação do SENAI, SESI, SESC e SENAC, criando muitas oportunidades de melhoria profissional, além de opções de lazer, para os trabalhadores. Nesse período, os movimentos sindicais urbanos estavam em ascensão, com suas reivindicações sociais e políticas. Esse

apoio dado pelo delegado, por meio da legalização que ele concedeu aos sindicatos, lhe foi muito útil, concernente ao prestígio que ele adquiriu, junto a esses segmentos trabalhistas.

Nesse momento, na segunda metade da década de 40, Muniz Falcão ainda não havia se lançado na vida pública, mas já existia nele uma grande preocupação com as questões sociais e trabalhistas, inclusive, com as de Alagoas. Por conta dessa relevante preocupação, ele se esforça para fazer valer de forma efetiva, a legislação do setor para o qual fora contratado. Segundo Tenório, seu foco de atuação estava concentrado nos trabalhadores rurais; funcionários de empresas têxteis e no setor da agro-indústria açucareira. A pergunta que pode não querer calar é: Por que impreterivelmente nestes setores? Porque são eles, nesse contexto, que mais resistem, quanto a aplicabilidade dessas leis trabalhistas, sendo descumpridas, sem nenhuma reação por parte daqueles que viam e sentiam a negligência no cumprimento de seus direitos.

Muitas vezes em situações como essa, a pergunta mais comum a ser feita por aqueles que não conhecem a realidade local, é: Por que aqueles que se sentiam prejudicados não reagem? A resposta mais provável à realidade é, o medo da repressão, que provavelmente sofreriam, por estarem lutando para que houvesse melhorias e mudanças da real situação, naquele momento. Acostumados com essa realidade, advinda do período escravista e que perdurava mesmo depois da abolição, esses grandes latifundiários e industriais, assim como os ricos comerciantes, sempre estiveram no posicionamento de mandatários da situação, e ai de quem se atrevesse a pôr limites em sua autoridade, ou tentasse mudar as regras.

É possível que até essa década de 40, nenhum representante do Estado, seja a nível nacional, ou local, tenha se arriscado e permanecido, numa situação de enfrentamento como ocorreu com Muniz. Um caso semelhante ao dele, aconteceu na década de 20, quando Costa Rego, na condição de chefe do poder executivo estadual, ousou, no processo de desarmamento dos grandes latifundiários, visando o combate a violência na região de atuação desses donos de latifúndios. Sua ousadia não ficou sem resposta. Por mais de uma vez atentaram contra a sua vida, inclusive, em um desses atentados, ele estava no próprio Palácio dos Martírios. Isso

nos mostra que em terra de coronéis, quem determina enfrentá-los, sofre as consequências.

No caso de Muniz, que se dispôs a ir de encontro aos grandes de Alagoas para que fossem cumpridos direitos essenciais, tais como: salários condizentes, de acordo com a legislação trabalhista; remuneração do descanso semanal; assistência social; horas extras, etc., essa experiência, apesar da perseguição e das acusações que sofreu lhe fora muito propícia, pois foi nesse período que foram plantadas as raízes, que posteriormente lhe conduziria à vida política. Medeiros Neto (1990), apud Tenório (1995), acreditava que o trabalho que Muniz desempenhou a frente da DRT, favoreceu para o seu lançamento na vida pública, e Muniz, segundo Medeiros, era consciente disso.

Terminado o mandato de Silvestre Péricles, é hora de as elites locais voltarem ao poder. Essa volta se dar, por conta de dois fatores essenciais: do desequilibrado radicalismo praticado pelo governo silvestrista, cuja radicalização culminou para uma situação de bastante violência; e por acreditar que seu carisma fosse o suficiente para que seu grupo de oposição às oligarquias, se mantivesse no poder, menosprezando o poderio que sempre existiu e ainda hoje perdura, por parte dos grupos oligárquicos que atuaram e ainda atuam, nesse Estado. Silvestre perdera nas eleições de 50, a oportunidade de dar continuidade ao seu ciclo político populista.

3.2 Novos Horizontes Surgem em Alagoas

Segundo Cícero Péricles de Carvalho (2015), com o processo de redemocratização do país e o surgimento dos diversos partidos políticos; a política local, a exemplo do que acontecia a nível nacional, é disputada entre dois blocos. De um lado o bloco conservador, representado pela União Democrática Nacional (UDN), que agregava o apoio de outros partidos menores. Do outro, o bloco populista trabalhista, liderado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), coligado ao Partido Social Progressista (PSP); que eventualmente era apoiado por outras siglas, como por exemplo, o Partido Social Democrático (PSD). Esse primeiro bloco, o conservador, representava os interesses do setor da agroindústria do açúcar e da pecuária, além de segmentos tradicionais urbanos. Já o bloco populista trabalhista, era sustentado pela classe média, como também, por outro movimento sindical

urbano, de maior população do Estado, na sua capital (Maceió) que fora criado no período Getulista tendo sua ampliação apoiada pelos setores tradicionais interioranos.

Com a vitória de Getúlio Vargas em 50, que contou com o apoio do PSP, de Ademar de Barros; e do PTB, e sua volta ao poder, reascende o ódio no coração de seus inimigos. As perseguições contra Vargas e seu governo, surgem de todos os lados. A UDN e aqueles conservadores, responsáveis por sua deposição em 45, não se conformavam com a sua volta à presidência da república.

A imprensa opositora, tendo à frente o jornalista Carlos Lacerda, faz marcação cerrada ao governo Varguista. Do mesmo modo acontece, a partir de 56, com o governo de Muniz Falcão. Essa década, chega com perspectivas de muitas mudanças em todos os aspectos. Além da tarefa árdua que Vargas precisara enfrentar para reorganizar o país, cuja situação deixada por Dutra, era de desorganização total, ao contrário da situação em que se encontrava o Brasil, quando Vargas o entrega para o presidente Dutra, em 45; ele vivera também um período de bastante tumulto em seu governo. Calúnias, difamação, complô e tantas outras situações difíceis, a qual foi exposta.

Todavia, não aguentando as pressões e perseguições, Getúlio Vargas opta – depois de ter sido acusado por seus opositores de estar envolvido, na condição de autor intelectual, no atentado sofrido por Lacerda, do qual foi vítima fatal, o major da aeronáutica, Rubens Vaz – por uma solução definitiva, todavia, dolorosa e inesperada, inclusive, para aqueles que o admiravam e o tinham na condição de pai dos pobres. Com o objetivo de induzir o presidente a renunciar, seus opositores o visitam no Palácio do Catete, com uma carta renúncia em mãos, que é entregue à Vargas, que se compromete em dar-lhes uma resposta no dia seguinte, todavia, na mesma noite, ele comete suicídio e deixa uma carta testamento. Nela, ele acusa a UDN; os militares; e os Estados Unidos, e os responsabiliza de dificultarem a execução do projeto dos nacionalistas; que visava elevar o Brasil para um novo rumo, que promoveria um futuro melhor para todos. Responsabiliza-os também, pela manutenção do atraso do país.

A década de 50 chega a Alagoas, com as velhas oligarquias reascendendo ao poder local. Depois de um período conturbado e violento pelo qual Alagoas passou no governo de Silvestre Pércles, a esperança que se tinha, era de que a situação, nesse e em outros aspectos, melhorasse. Na eleição de 1950, Arnon de Mello,

mediante o modo diferenciado do qual se utilizou para fazer política, conseguiu derrotar o candidato situacionista, dando início ao fim, do ciclo silvestrista. Apesar de ser um conservador bastante rigoroso, segundo Tenório, Arnon de Mello se utilizou da nascente mídia; de técnicas utilizadas pelos norte-americanos; e de determinados métodos adotados pelo populismo, se afastando com isso, da política tradicional da UDN, para vencer as eleições.

Esse seu novo modo de fazer política, lhe possibilitou não só vencer a eleição, como também em 54, conseguir eleger, sob o cultivo de sua própria liderança, os dois senadores por Alagoas e a maioria da representante bancada federal alagoana. Nesse mesmo início da década, Muniz Falcão, inicia sua carreira política, na condição de deputado federal, pelo PST, migrando posteriormente, para o PSP. Sua vida política, já começou sendo prejudicada pelos manobristas e manipuladores alagoanos, que agiram contra o registro que tornava possível a sua candidatura. Em compensação em 54, ele é o deputado alagoano mais votado, para a câmara federal, ressurgindo com isso, o populismo, que havia desaparecido com o fim do ciclo silvestrista. Posteriormente, mediante a influência e o populismo de Muniz, Silvestre que havia se retirado para o Rio de Janeiro, entristecido com a derrota, volta a assumir outro mandato público que

Muniz Falcão, manipulando o governo e saindo com força total e mais liderança do processo de impeachment, foi quem definiu a candidatura do ex-governador. Era, sem dúvida, decisão de gratidão, pois foi a sombra do reinado dele que se iniciou na política, ao qual se aliou desde a primeira hora. E Muniz se dispunha, inclusive, a transformar aquela eleição numa questão de honra e afirmação (OLIVEIRA, 1979, p.25/6 apud TENÓRIO, 1995, p.188).

O cenário que é visto em Alagoas a partir de 50 é de mudanças, que ocorrem em todos os aspectos. A começar pelo populacional, que além de ter aumentado a população alagoana; há também mudanças em relação a predominância da população. Em períodos anteriores, a população rural predominava sobre a urbana; agora, a situação muda, e passa a ocorrer um significativo crescimento na população urbana. São muitos os fatores que levam à essa situação de inversão, dentre eles, a questão do bom desenvolvimento do setor industrial, assim como também, o da expressiva urbanização, no caso de Maceió, que tem um aumento significativo de sua população.

Esse aumento populacional ocorre, mesmo diante do fator migratório, pelo qual Alagoas passa nesse período, decorrente da forma desigual em que se dá, o desenvolvimento dos Estados da federação. Nesse período, muitos alagoanos e nordestinos, além de mineiros, deixam seus Estados para irem em busca de melhores condições de vida, em outros Estados como o Rio de Janeiro e São Paulo, principalmente. Isso provoca uma perda significativa na população, inclusive, na de Minas Gerais.

Outras mudanças ocorrem de forma significativa, em diversos aspectos, inclusive, no geográfico. No início dessa década, Alagoas contava a existência de 37 municípios, ao seu final, existia em nosso Estado, 69 municípios, quase dobrou a municipalidade alagoana. A economia alagoana também sofre mudanças, principalmente porque o Nordeste perde a hegemonia, concernente a produção do açúcar. Quem passa a liderar esse setor, é o Estado de São Paulo, que instala usinas com tão grande poder de produção, que supera a média produzida, até então, pelo Nordeste. Todavia, essa perda hegemônica sofrida pelo Nordeste deu a Alagoas a oportunidade de se aprimorar tecnicamente nesse setor, isso trouxe para a produção local, enormes benefícios, inclusive, para que o Estado aumentasse a sua produção e não sofresse com a emergente situação de São Paulo. Há também mudanças, no modo de viver, adotadas pela sociedade alagoana, provocando o aceleração nas modificações que começam a surgir e que contribui para que haja renovação em Alagoas, em diversos aspectos sociais, inclusive, no político, com o surgimento de uma nova liderança populista.

Essa nova liderança política e populista que se inicia a partir de 50 e passa a ser disputada pelo então jornalista e advogado, Sebastião Marinho Muniz Falcão e por Ari Pitombo, provoca um desapontamento no PSD, que visionava assumir a liderança do populismo em Alagoas. Esse partido, tão relevante nas decisões eleitorais, continuou nessa liderança, mas poderia, como assim o fez, apoiar na próxima eleição, em 55, esse novo líder, que segundo Tenório, tinha uma maior e melhor identificação com esse movimento, que tem seu ápice, a nível nacional e local, a partir de 45, devido ao processo da redemocratização política do país.

Esse processo de redemocratização tem como relevância, além do ápice do populismo, a criação de diversos partidos políticos, dentre eles, a UDN, e o PSB, que faziam oposição à Vargas, (considerado o maior populista que o Brasil já teve); o PSD, que tinha a capacidade para definir eleições e o PTB, ambos apoiavam

Getúlio. Para se ter uma ideia, na vitória de Arnon, para o governo do Estado em 50, numa campanha de apenas 30 dias, o PSD, deu o seu apoio à esse candidato udenista, isso provocou um desequilíbrio no quadro político local, o que possibilitou a vitória da UDN, que até mesmo Arnon – num primeiro momento – não acreditava que fosse acontecer. Essa vitória provocou, mesmo que de forma momentânea, a decadência do populismo, que tinha como seu precursor a nível local, Fernandes Lima, passando pelo período de intervenção, tendo como seu representante o capitão Afonso de Carvalho; chegando à Silvestre Péricles, e depois, a Ari Pitombo e Muniz Falcão. Esses são os nomes mais comuns desse fenômeno que, por meio de seus representantes, foi relevante para a História de Alagoas em vários aspectos, principalmente, a partir da década 40.

A nível geral, o populismo a sua priori, segundo Francisco Weffort (1979), é uma expressão muito vaga e de várias interpretações. A complexidade e as polêmicas que o norteiam ocorrem, mediante aos seus diversos modos de atuações, como também, mediante as diversidades dos contextos políticos, sociais e econômicos, em que ele ocorre. Um exemplo claro dessa diversidade é visto, nos movimentos populistas ocorridos nos Estados Unidos e na Rússia, na metade do século XIX. Enquanto nos Estados Unidos ele fazia uma efetiva defesa ao sistema capitalista agrário, na Rússia, ocorria uma extrema negação desse capitalismo. O que esses dois movimentos populistas tinham em comum, era quanto a negativa reação ao poder hegemônico que a cidade e a indústria, exerciam sobre o campo e o setor agrícola. Prado (1981), apud Weffort (1979), nos afirma que na América Latina, os movimentos populistas aconteceram em diferentes contextos históricos de diversos países.

Dentre esses países, onde ocorreram esses movimentos, estão Argentina, México, Bolívia, Equador e Brasil, além de outros movimentos considerados populistas, como os do Peru e os da Colômbia. Em alguns desses contextos, os líderes desses movimentos, conseguiram alcançar o poder, em outros, não. No Brasil, Getúlio Vargas e João Goulart, são considerados os governos mais populistas do período, sendo que o primeiro é considerado até os dias de hoje, como já fora falado, o maior, na História política brasileira.

Esse fenômeno denominado de populismo surge nas décadas de 10 e 20, seu precursor como já fora falado, foi Fernandes Lima, o caboclo indômito. Formado em direito na capital pernambucana, esse alagoano fez do poder o seu principal

objetivo de vida. Fez oposição a oligarquia dos Maltas e a partir da década de 30, esteve aliado a Silvestre Péricles, em oposição as oligarquias que haviam decaído, com a Revolução. Fez uma bela carreira política, mas, assim como aconteceu com Silvestre, houve decadência em sua vida política, abrindo espaço na década de 50, para as novas lideranças desse fenômeno que estavam surgindo na representação de novas figuras, como Ari Pitombo e Muniz Falcão.

Assim como ocorrera na década de 30, que fora um divisor de águas para a política nacional e local; assim também, ocorrera com a década de 50, que foi um marco divisor para os diversos aspectos da política Alagoana, pois é nela, que começa, mesmo que de forma teórica no governo de Arnon de Mello, a implementação de projetos que visa o desenvolvimento dos vários aspectos estruturais do Estado; se materializando nos governos de Muniz Falcão e posteriormente, no do major Luís Cavalcante. Essa implementação e depois a sua materialização, cria para Alagoas a possibilidade de expansão desses diversos segmentos de sustentação

Muniz Falcão, que se insere nesse contexto do ápice do populismo brasileiro, procurou fazer pelo nosso Estado e por aqueles que aqui viviam e viveriam – visto que as obras executadas no presente, se perdurarem, serão de benefício para o futuro – o melhor, para que houvesse esse desenvolvimento. Poderia ter feito mais, se não tivesse sido, desde o primeiro momento em que colocou os pés, perseguido por essas elites, que nunca estiveram preocupadas com o desenvolvimento da coletividade alagoana, ao contrário, sempre estiveram, e ainda estão preocupados unicamente, com a elevação política, econômica e social, apenas de um pequeno grupo oligárquico, do qual fazem parte. Essa perseguição da qual Muniz foi vítima, tem sua origem lá na década de 40 sob três aspectos: primeiro, quando do cumprimento de seu ofício à frente da DRT, confrontando-se com os poderosos daqui. Segundo, por ter se inserido no grupo de um dos membros dos Góis Monteiro, que havia se posicionado contra as oligarquias dominantes, a partir da década de 30, atraindo deles para si, um ódio ferrenho, e que foi transferido para Muniz, por fazer parte do grupo que Silvestre Péricles havia formado. E por último, por ele não ser alagoano.

O forasteiro, como assim o chamavam, era uma pessoa bastante carismática, homem extremamente elegante, de uma popularidade nunca antes vista em Alagoas. Era um populista, de sentimento nacionalista, que construiu sua carreira

política sem dinheiro e sem pertencer a nenhum grupo da aristocracia, ou mesmo, sem fazer concessões à ela. Conseguiu se promover simplesmente, pelo trabalho prestado, seja como representante do Estado, na condição de delegado da DRT, seja como representante da população, na condição de parlamentar federal, ou na condição de administrador, a frente do executivo estadual.

Sua vida política se inicia, em 1950, na condição de deputado federal, sendo reeleito em 54, e depois, em 62. Em sua passagem pelo parlamento brasileiro, se envolveu em situações de polêmica com o ministro da fazenda, Horácio Lafer, que segundo Muniz, estava atentando contra os interesses nacionais. Isso nos deixa claro, o quanto o nacionalismo estivera sempre presente em sua vida, inclusive, na pública. Mas, em sua vida como parlamentar, não se destacou só por questões relacionadas a polêmica, ao contrário, o maior destaque de sua carreira como constituinte, está relacionado a apresentação de centenas de projetos de lei e emendas, despertando em alguns de seus correligionários, certa admiração por ser tão atuante no plenário federal, e sempre em defesa dos mais necessitados e oprimidos.

Em seu relato de comemoração, da instalação da câmara federal, Afonso Arinos de Melo Franco, nos diz que, de 1823 até a legislatura de 1959, Muniz Falcão, fora um dos deputados que mais atuara na câmara federal. Seus projetos e emendas foram sempre a favor do funcionalismo civil e militar; dos profissionais liberais; dos operários; e dos pequenos e médios comerciantes e empresários. Fez parte de várias comissões federais: Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Legislação Social; e da Comissão do Vale do São Francisco. Sua ascensão na carreira política não parou por aí. Foi vice-líder e líder do Partido Social Progressista (PSP), isso em nível de câmara federal; a nível nacional, foi vice-presidente desse Partido; e a nível local, foi presidente do Diretório Regional de Alagoas do PSP. Como já era de se esperar, por seu perfil de homem preocupado com as mudanças e melhoria da situação do país, inclusive, a da moralização do setor público, uma das bandeiras de luta do tenentismo, e nacionalista como era, sempre esteve na luta para que houvesse o melhoramento da situação das populações das classes menos favorecidas.

Em 55, ele deixa o parlamento para se candidatar ao governo de Alagoas. Não foi uma luta fácil, pois Muniz, além de não ter dinheiro, também não fazia parte da elite, nem tampouco era alagoano. Olhando a situação por essa ótica, Muniz,

jamais teria condições de ganhar essa eleição, visto que as oligarquias de maior relevância estiveram unidas nesse momento, em torno da candidatura de Afrânio Lages, que Arnon de Mello via como um equívoco, pelo seu passado fascista. Todavia, Muniz tinha ao seu lado, o relevante apoio da esquerda, que se aglutinou em torno de sua candidatura; do setor trabalhista; e do PSD, que tinha o poder de decidir eleições. Todo esse apoio recebido, além do carisma que lhe era peculiar e que fez dele o maior populista que Alagoas já teve, lhe possibilitando derrotar o candidato situacionista, nas eleições de 55. Arnon de Mello cometeu o mesmo erro de seu antecessor, menosprezando o poderio de seus adversários e se vangloriando a ponto de dizer que se preciso fosse, seria capaz de eleger até um poste, esquecendo-se ele, de que o poder para eleger, está nas mãos do povo, que naquele momento em sua maioria, estava com Muniz, o qual ganha a eleição e começa a escrever um novo capítulo para a sua História e para a História de Alagoas.

Poderia ter pensado, ao vencer essa batalha, a guerra que as oligarquias haviam travado contra ele estaria vencida. Se pensou assim, se enganou. Na verdade, o que aconteceria a partir de então, seria o reinício da guerra, onde ele teria que enfrentar diversas batalhas que seus inimigos se dispuseram a travar, contra ele. O ódio que eles dedicavam a Muniz era tão ferrenho, quanto o que eles dedicavam a Silvestre Péricles, com um agravante, Muniz, não era alagoano, por isso, era visto como um intruso, envolvendo-se com assuntos que não faziam parte de sua alçada, tratando-o como a um forasteiro. Mas isso, não desmotivou o governador na luta para conquistar seus objetivos, que era promover o desenvolvimento dos setores de sustentação do Estado. Nem o processo de impeachment, que provocou a paralisia nos projetos do governo, conseguiu impedir que ele desse continuidade, mesmo com atraso, rumo à concretização desses projetos.

Depois de ter saído vitorioso do processo de impeachment, Muniz conseguiu, mediante mudanças em seu modo de articulação política, o apoio necessário para colocar em prática diversos projetos, e elaborar o planejamento de outros, que seriam executados no governo seguinte. A luta que essa figura de Araripina enfrentou, não foi nada fácil, mas durante toda sua vida pública, contou sempre com o apoio de boa parte da população alagoana, especialmente das massas, que viam

nele, um defensor dos fracos e oprimidos, e com capacidade para a realização das aspirações mais essenciais dessas camadas sociais, menos favorecidas.

O que o qualificava e o possibilitava tornar reais essas aspirações sociais, era: a sua honestidade no modo de agir; a sua fidelidade aos seus princípios e a sua conduta moral; a coragem que ele tinha de enfrentar as adversidades; além é claro, da boa educação familiar que teve e a qual lhe acompanhava. Era equilibrado o suficiente – até porque era advogado – para não ultrapassar os limites da legalidade, nos embates que teve, ao longo de sua vida profissional e pública.

3.3 As Adversidades no Governo de Muniz e o Impeachment

Sua gestão à frente do governo estadual começa em 56 e vai até 61. Pela primeira, vez ao longo de sua História, Alagoas não tinha à frente do executivo, nenhuma representação das oligarquias. Isso era mal visto, pelas elites alagoanas, por ser um fato inusitado. Logo no início de seu governo, Muniz contava com o apoio da maioria na assembleia legislativa, mesmo dando a entender que faria um governo austero. Quando ele tenta instituir a Taxa Pró-Economia Educação e Saúde, que incidia sobre a produção de diversos setores, a saber: o setor sucroalcooleiro, o têxtil, o do fumo, arroz e coco, ele começa a perder esse apoio majoritário.

Essa perda de apoio é compreensível, visto que em Alagoas, esse grupo oligárquico que sempre estivera à frente do poder, estava acostumado a aumentar cada vez mais seus recursos, e não vê-los diminuídos; e esse projeto do governo tinha exatamente essa finalidade, buscar nesses setores, a contribuição necessária para melhorar a condição educacional e da saúde, dessas camadas sociais subdesenvolvidas, que sempre existiram e ainda hoje existem, em Alagoas. Essa seria a oportunidade que a economia alagoana teria de participar, de forma efetivamente financeira, do desenvolvimento social desse Estado. Todavia, as velhas oligarquias e os grupos econômicos de maior expressão, se utilizaram de parlamentares que os representavam para vetar esse projeto. Esse fora o primeiro passo que o governo munizista dera, a favor do bem comum, mas que lhe rendeu a perda do apoio de vários deputados da assembleia legislativa estadual.

Para piorar a situação do governador, em 57, é assassinado em Arapiraca, o deputado estadual da UDN, Marques da Silva. Um arapiraquense, que a convite do deputado federal Rui Palmeira, entra para o cenário político alagoano e é morto no

exercício de seu primeiro mandato. Como o acusado pela morte de Marques da Silva, o deputado estadual Claudenor Lima, era apoiador do governador, ele, não foi isentado da culpa desse crime. Daí em diante, seus opositores que já haviam se indignado com ele, por conta do imposto que ele quis instituir e por ter tornado sem efeito, diversas nomeações eleitoreiras de servidores públicos, para a secretaria da fazenda, efetuadas pelo governo anterior, vieram com toda força para destituí-lo do poder. Oseias Cardoso, que fazia oposição à Muniz, por questões políticas e pessoais, apresenta no dia 9 de fevereiro, apenas dois dias, após a morte do deputado arapiraquense, denúncia contra o governador na Assembleia Legislativa, que tinha como presidente, Lamenha Filho.

Nesse momento, o presidente da assembleia, já havia rompido com o governo, por causa da tentativa de instituição da Taxa Pró-Economia Educação e Saúde. Na denúncia, segundo Tenório (1995), Oseias Cardoso acusa o chefe do poder executivo, de ser conivente com a violência praticada contra líderes políticos da oposição; como também, impossibilitando o funcionamento da assembleia legislativa, mediante essa violência. O interessante de tudo isso, é que mesmo diante da comoção e da emoção, que o crime de Arapiraca provocou nas pessoas; elas não atenderam à convocação feita pelos opositores do governador, que visavam com isso a sua queda, ao contrário, ficaram muito contristadas com a situação. Às vezes, os apoiadores de Muniz ficavam em silêncio; outras vezes, ficavam preocupados com o desenrolar dos acontecimentos que se travariam em duas esferas: na política e na jurídica.

Analisando a situação de forma imparcial, mediante a abordagem do autor, e a partir de depoimentos de algumas pessoas, inclusive, o do próprio Muniz, é difícil acreditar, que os motivos que levaram ao assassinato de Marques da Silva, tivessem ligações diretas com o governador. O máximo que pode ter acontecido, é certa negligência por parte de seu governo, na tomada de decisões, que poderia ter evitado o crime. Segundo esses depoimentos, Muniz tinha aversão a violência, a ponto de ser incapaz de matar um inseto, segundo suas próprias palavras, cuja comprovação pode ser vista em relação ao fato dele nunca ter sido a favor do radicalismo Silvestrista.

Por outro lado, a violência que vitimou o deputado arapiraquense, sempre esteve presente em quase todos os governos anteriores ao de Muniz, inclusive, o de seu antecessor, que se comprometeu em acabar com a violência, sendo essa, uma

de suas duas promessas de campanha, a outra foi o desenvolvimento da economia; não conseguindo realizar nenhuma. Se aproveitando do momento conturbado pelo qual passava o governo de Muniz naquele momento, seus opositores deram a esse fato, uma relevância de tão grande proporção, como se ele fosse algo inusitado na cultura alagoana, a ponto de ser merecedor da abertura de um processo de impeachment, que ocorre, mesmo depois de tanta luta do governador para tentar impedir que ele fosse instaurado

Como um processo de impeachment envolve diversas fases para se concretizar, o que o torna na maioria das vezes um processo lento, no caso do de Muniz, seus inimigos procuraram fazer de tudo para abreviá-lo. Ao receber a denúncia, dois dias após o assassinato de Marques da Silva, o presidente da assembleia faz a leitura da mesma no plenário, no qual se faz presente, além dos membros do legislativo, o governador, que precisa assistir a leitura; e outras figuras tais como, o professor Guedes de Miranda, o consultor Alfredo Gaspar de Mendonça, o advogado paulista Teotônio Monteiro de Barros, que o PSP enviara, dentre outros participantes. É obtido inicialmente, o parecer do professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Gláucio Veiga, que não vê procedência na denúncia e por isso, recomenda mandado de segurança contra a assembleia. Seguindo parecer semelhante, o procurador geral do Estado, Paulo Albuquerque, ainda faz algumas observações relevantes, concernentes ao judiciário, pela não preexistência de um tribunal do impeachment; e ao legislativo, que queria que os julgadores do processo de responsabilidade, fossem escolhidos, obedecendo a critério majoritário do legislativo, que nesse caso, beneficiaria a oposição, que detinha o apoio da maioria na câmara; sugerindo que fosse realizado sorteio, do qual deveria participar os nomes de todos os deputados, sem exceção.

Admitida a denúncia pelo legislativo, é hora de escolher os membros que opinarão sobre a procedência da denúncia. No dia vinte e três de abril de 1957, são eleitos os seguintes nomes: Herman Almeida (presidente), Teotônio Vilela (relator), José Onias e Edson Lins, todos pertencentes a UDN; Jorge Bezerra, pelo PSP; Jorge Assunção, pelo PTB; e João Toledo, pelo PTN. A análise foi mais rápida do que se esperava, dois dias apenas foram suficientes, para que a comissão desse o seu parecer, que foi de acatamento a denúncia. Mesmo diante dos esforços feitos pela minoria, contrários à denúncia, os que a acataram, acompanharam é claro, o parecer de Teotônio Vilela, que era o relator do processo. Esse foi apenas mais um

passo dado, em decorrência a esse processo de impeachment, que ainda tinha muito para acontecer, inclusive, acontecimentos pouco apreciados por alguns.

Ao dar continuidade ao processo, a próxima etapa fora a apreciação do parecer da comissão, incumbida ao plenário, que a executa no dia onze de maio do corrente ano. No dia vinte e oito de agosto, a Assembleia, em meio a diversas tumultuadas sessões, julga procedente a denúncia, encerrando com isso, essa segunda grande etapa. A partir daí, dar-se início a terceira fase, considerada a principal, desse doloroso processo que segundo Djalma Falcão, irmão do então governador, em seu depoimento nos diz que:

O governador, que tudo fez para evitar um confronto com a oposição, de início impetrou mandado de segurança contra a atitude da Assembleia Legislativa, na tentativa de transferir para o Poder Judiciário a incumbência de dirimir a questão. O desembargador Antônio Cesar de Moura Castro, relator do pedido, concedeu liminar ao governador. A assembleia, porém, não acatou o despacho e deu prosseguimento ao processo na área parlamentar. O Tribunal de Justiça denegou o pedido, apelando o governo para o Supremo. Ocorre, todavia, que a apelação somente poderia ser feita depois de publicado o acórdão relativo à decisão do Tribunal de Justiça. Por força de lei, deveria ser publicado no prazo máximo de cinco dias após a decisão judicial. O relator da matéria, desembargador Lavenere Machado, retardou a publicação, somente o fazendo, por significativa coincidência, no Diário Oficial do dia 13 de setembro, em cuja tarde se verificaria o confronto sangrento entre governo e oposição (FALCÃO, 1980 apud TENÓRIO, 1995, p.81)

Nessa terceira fase, é enviado ao acusado a cópia do resultado acompanhada do processo e da dedução acusatória apresentada pela comissão especial. Ao mesmo tempo, marca-se a data do julgamento e a escolha do tribunal misto. Djalma Falcão (1980), diz que muito foi feito, da parte do governador, para que fosse evitado 'um confronto com a oposição', impetrando o governador inicialmente, contra o poder legislativo, mandado de segurança, com a finalidade de transferir para o Poder Judiciário, a incumbência, que poderia obstruir a questão em processo.

O desembargador Antônio César de Moura Castro, que fora o relator do pedido feito pelo governador, concedeu a ele liminar, todavia, o despacho feito pelo desembargador, não fora acatado pela Assembleia Legislativa, que prosseguiu com o processo no âmbito do parlamento. Por outro lado, o Tribunal de Justiça denega o pedido, apelando o governo, para o Supremo Tribunal Federal (STF). Essa apelação só poderia ser feita, depois que o acórdão, feito pelo Tribunal de Justiça, fosse publicado no Diário Oficial. Por conta da demora na ocorrência dessa publicação,

que só ocorre no dia 13 de setembro, a tragédia que ocorrera exatamente nesse dia, não pôde ser evitada.

Essa protelação, na publicação feita pelo judiciário, propiciou à Alagoas vivenciar mais uma vez, cenas de violência que não se restringiram a penas a repercussão a nível local, mas a nível nacional e até internacional, que deixou para o Estado e seus habitantes, marcas indeléveis que ainda hoje perduram na mente e nos arquivos históricos alagoanos. Saber de quem é a individual responsabilidade por aquele episódio, fica difícil para qualquer um; dar uma definição exata, para uma culpabilidade individualizada, é perigoso. O que pode ser questionado, são as possibilidades que poderiam ter sido fomentadas, na busca de outra resolução, impedindo que ocorresse o derramamento de sangue como se deu.

Como resultado dessa tragédia, houve a morte do sogro do governador, o deputado Humberto Mendes, do PTN; além de várias pessoas que saíram feridas, dentre elas, o jornalista carioca Márcio Moreira Alves, que viera fazer a cobertura da votação do impeachment. Inclusive, a cobertura desses acontecimentos, feita pelo jornalista, rendeu-lhe um prêmio. Após os acontecimentos terríveis daquela tarde de sexta-feira 13, o presidente Juscelino Kubitschek, providenciou, de forma parcial, a intervenção em Alagoas.

A Morte do sogro de Muniz foi motivo de muita comoção entre os alagoanos; como também, de um sentimento de violência, despertado nos herdeiros, do falecido deputado. A partir da década de 50, os filhos de Umberto Mendes criaram um clima de terror, especialmente, na região que abrange o sertão alagoano. Não se sabe se essa violência tem a ver com o sentimento de vingança – pela morte de seu pai, pelo qual foram acometidos os cunhados do governador. Segundo Jorge Oliveira (2010), quase todos os filhos, do falecido deputado, foram mortos. Só sobrou, Roberto, dos homens; e as filhas Alba e Elizabeth Mendes, além da viúva, dona Eurídice. Todos esses mencionados, viveram, por um determinado tempo, no Rio de Janeiro, inclusive, Roberto, assim que se estabilizou financeiramente, levou os sobrinhos – filhos de Robson, para o Rio. Sua atitude se deu, mediante a preocupação que tinha, em relação a segurança dos sobrinhos. Segundo o autor, para Roberto, “Todos os sacrifícios eram válidos para interromper a cadeia de vinganças” (OLIVEIRA, 2010, p. 17).

Ao tomar essa decisão, de intervir no Estado, Juscelino sabia que tudo isso que estava acontecendo em Alagoas, era o reflexo do que acontecia a nível

nacional. Ele sabia que o governador era vítima de um plano, que a UDN, acompanhado das velhas oligarquias, havia armado contra os governos populistas, inclusive, contra o governo do próprio presidente. Assim como eles tentaram impedir a posse de Muniz, por ele não ter alcançado maioria absoluta na eleição de 55; do mesmo modo, tentaram fazer com a vitória de Juscelino Kubitscheck, esquecendo-se eles, que de acordo com um artigo da constituição, a maioria simples, daria vitória ao candidato. Para o desalento desses oportunistas, não conseguiram êxito em nenhuma das tentativas.

O presidente ponderou muito, antes de tomar a decisão de intervir; foi acusado, assim como fora os ministros do setor jurídico, de negligenciar providencias para a situação de Alagoas, provocando diante disso, segundo eles, uma situação de insegurança no Estado. A pergunta é, por que eles não acusaram essa situação de insegurança no governo anterior? Afinal, a situação da violência no governo de Arnon, não foi diferente. A única diferença, era a de que o atual governo era da oposição e populista, e isso, era motivo para se questionar todos os acontecimentos concernentes a ele. É possível que todas essas acusações, tenham levado o presidente a fazer essa intervenção, mesmo depois de ter ponderado e consultado seus ministros do setor jurídico sobre o assunto.

Apesar de a intervenção ter sido parcial, passando o comando do poder de polícia para o general Armando Âncora, Muniz Falcão, não aceitou continuar à frente do executivo com o poder de governar dividido. Preferiu se licenciar do cargo e passá-lo ao vice, Sizenando Nabuco. Se aproveitando da licença do governador e da ausência dos deputados situacionistas, a Assembleia se vê em condições favoráveis para, além de aprovar a denúncia, escolher o tribunal misto. Essa escolha é alterada, tendo em vista, o fato do presidente da ALE, ter sido acusado de fraude ao sortear de forma exclusiva, apenas os deputados da oposição para compor esse tribunal. Por meio de seus advogados, o governador impetrou mandado de segurança junto ao STF, que anulou a ação da Assembleia e determinou que fosse efetuado outro sorteio. Desta feita, foram sorteados quatro parlamentares da oposição e um a favor do governo.

Já tendo sido feita a escolha dos parlamentares, foi efetuada a escolha dos cinco desembargadores, somando ao todo dez nomes, que iriam decidir o futuro do governo de Muniz. A escolha recaía sobre os nomes dos seguintes magistrados: Xisto Gomes de Melo, Edgar Valente de Lima, Miguel Arcanjo Batista, Mário

Guimarães e Osório Gatto. Já os deputados escolhidos para compor esse tribunal misto foram: Teotônio Vilela, Haroldo Loureiro, Edson Lins e Mário Guimarães, todos da oposição, além de Luís Coutinho, que era favorável ao governo. Para que Muniz fosse impedido de continuar governando, se fazia necessário que o resultado fosse, ou de sete a três; ou se alguém se abstivesse de votar, de seis a três, que seria dois terços do jurado, a favor do processo. Como o resultado fora de seis a quatro, mesmo sendo a favor do processo, ele foi favorável ao governador, sendo concedido a ele, a restituição do seu mandato.

Fazendo uma breve análise a essa prática de violência, é preciso que compreendamos que ela é inerente a cultura brasileira, nordestina e alagoana, inclusive, desde os primórdios que aqui vivera aos que aqui, chegaram. Um exemplo claro – da inerência dessa violência, em nossa cultura alagoana – pode ser visto, no dia da votação do impeachment, onde todos os parlamentares, sem exceção, foram à Assembleia, armados. Eles, acusaram o governador de ser responsável pela violência vigente no Estado, todavia, tiveram um comportamento no dia da votação, de que tinham a pretensão de praticar, o que parecia abominação aos seus olhos.

Essa sangrenta tragédia, do dia 13 de setembro, poderia ter sido evitada se, pelo menos, duas providências tivessem sido tomadas. Primeira, se o Tribunal de Justiça tivesse cumprido o prazo máximo de cinco dias, após a decisão judicial, (determinado por lei), para que ela fosse publicada. Não sabemos de forma exata, os motivos que levaram o relator dessa matéria, o desembargador Lavenere Machado, em retardar a publicação desse acórdão, determinado pelo Tribunal de Justiça. Segunda, se os deputados de ambas as partes, tivessem ido à Assembleia, com um único objetivo: votar o impeachment; e não, armados até os dentes, como foram; numa demonstração de que estavam dispostos a matar ou morrer. Essa realidade de cultura violenta, que ainda perdura aqui e em outros Estados das diversas regiões do país, tem impedido que ocorra o desenvolvimento político, econômico, social e de vários outros segmentos de nossa sociedade.

O que nos diferencia em relação aos outros Estados brasileiros é que, aqui, essa violência é vista com maior relevância por conta de dois fatores essenciais: o primeiro, por conta do tamanho do Estado, (um dos menores da federação), incoerente à tamanha violência. O segundo, pela situação de subdesenvolvimento dessa população que está sempre inserida – de forma negativa – em primeiro lugar, no ranking, do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pelas Nações

Unidas. Não se pode negar que mesmo a passos lentos, tem havido mudanças para melhor em alguns desses índices. Também não podemos negar, que esse poderio político e econômico, que continua nas mãos de poucos, dificulta o aceleração dessas mudanças. Poderíamos estar em condições melhores, se houvesse maior independência nas atuações de nossos governantes, que favorecesse para uma maior rapidez, na execução dessas mudanças.

É necessário que surjam, em nosso Estado, governantes que estejam dispostos a atuar com imparcialidade em suas gestões desenvolvendo políticas que proporcionem o bem-estar da população em geral; e não apenas de uma minoria, que já são beneficiados com tantos privilégios. Que os recursos econômicos do Estado sejam usufruídos por todos, de forma mais justa e igualitária; pois todos são contribuintes para com esse processo de construção e desenvolvimento econômico. Quando isso ocorrer, teremos uma maior ascensão social, provida de uma melhor educação, que irá possibilitar, para a construção de uma nova consciência de cidadania de nossa população. Que cada alagoano venha se conscientizar, quanto à importância, do papel por ele desempenhado nessa construção.

Após a vitória de Muniz, concernente ao processo de impeachment, é hora de seu governo voltar a atenção, para os projetos que haviam sido interrompidos. Com a política desenvolvimentista implantada pelo governo federal; o governo alagoano consegue visualizar, a viabilidade do momento, para colocar em prática os projetos de desenvolvimento do Estado. Para a execução desses projetos, foi constituída uma equipe técnica que cuidou do planejamento administrativo, não só no governo de Muniz, como também nos governos posteriores, até a década de 80. Isso nos mostra, a excelência na qualidade da equipe por ele montada. Com o apoio dessa equipe e a integração com empresários e trabalhadores, seu governo, conseguiu executar diversas obras em, praticamente, todos os segmentos. No aspecto econômico, ele conseguiu a execução de grande parte desses projetos.

Segundo Carvalho (2015), entre as obras de maior relevância, efetuadas por esse governo, está a fundação de empresas públicas; a ampliação da infraestrutura; o lançamento do primeiro plano de desenvolvimento regional; além de um programa de eletrificação. Foi criado também, o Conselho de Desenvolvimento de Alagoas (CODEAL). Simultaneamente a isso, havia sido iniciada em Alagoas, a nível comercial, a exploração do petróleo; motivo de alegria e muita expectativa, entre o governo e os demais envolvidos e beneficiados, nessa exploração.

No aspecto educacional, é criada em 1961, a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), constituída a partir da junção de diversas faculdades, que haviam sido criadas, isoladamente, em anos anteriores. Também são criados e reformados, escolas, hospitais, prédios públicos de relevância para a população, casas de detenção, estradas e tantas outras obras que foram executadas em seu governo. Outra obra criada nesse período, todavia, pelo governo federal, foi a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que tinha como objetivo, beneficiar não só Alagoas, mas todo o Nordeste. Essa obra, era para compensar a não abrangência, dos projetos federais, para com o Nordeste. Para apaziguar a situação, o governo Kubitscheck, implanta essa obra em nossa região.

No aspecto político, o governo de Muniz foi democrático ao extremo. Não fez censura à imprensa; não usou de repressão para com nenhum movimento, seja ele, político ou sindical. Foi um governo aberto para com todas as camadas sociais. As batalhas enfrentadas por seu governo foram decorrentes da não aceitação – praticada pela elite alagoana – à sua popularidade e ao carisma, que lhe possibilitava atrair o apoio dessas camadas medias e baixas da sociedade, e até daqueles dissidentes das oligarquias que se sentiam excluídos ou marginalizados, mediante o processo de manipulação e dominação do poder. Procurou e contou com o apoio dos comunistas e foi acusado de ser um deles. Talvez, essa reciprocidade de apoio para com o comunismo, tenha aumentado a rejeição a ele, exercida por seus opositores.

Ao mesmo tempo em que teve o apoio do PSD, para chegar ao Palácio dos Martírios, viu também a divisão nesse partido, que lhe proporcionou a derrota na Assembleia Legislativa. Mesmo diante das adversidades, a democracia em seu governo é algo inquestionável, isso, quando a análise é feita com imparcialidade. No decorrer de seu governo, Muniz enfrenta todo tipo de adversidade em sua vida pessoal e política. Desde situações de rejeição, como o acontecimento que se deu, quando de sua viagem feita à Penedo, onde as elites daquela cidade se negam a hospedá-lo, sendo salvo pelo comendador Peixoto. As situações de menosprezos e insultos, como no episódio do clube Fénix Alagoana, em que não lhe é concedido o lugar de honra, que lhe é devido (de acordo com a tradição), concedendo a ele um lugar na última fila e gritando em coro, 'fora, fora, forasteiro'. Muniz termina o seu mandato à frente do governo estadual, com a convicção de que fez o seu melhor, dentro das possibilidades que lhe fora permitido. Terminou uma batalha, mas não a

guerra. Seus inimigos continuaram a persegui-lo, sempre que as oportunidades lhes surgiam.

Com a aproximação da eleição, que elegeu o seu sucessor, é hora de decidir, quem deveria ser o candidato a representar a frente popular? Por conta da vigente instabilidade política que ocorria nesse período, inclusive, a nível local, a frente que apoiava o governo não se juntara, em torno de uma única candidatura, ao contrário, essa frente se divide em três candidaturas; enquanto a oposição lança um único candidato, o major Luís Cavalcante, que apesar de ter perdido na capital e no interior, por ter obtido o segundo lugar nas duas áreas, ganha a eleição. Por causa dessa divisão feita, os votos, que seriam dados à essa frente, acabam sendo divididos entre si, provocando a derrota de todos os seus participantes. A vitória dos populistas, volta a ocorrer, na eleição de 65, quando Muniz Falcão, mais uma vez, se candidata para governo do Estado.

Após a vitória, Luiz Cavalcante começa seu governo, que é a autêntica representação das oligarquias, com a instabilidade política do governo de Jânio Quadro, que só durou sete meses; e posteriormente, do governo de João Goulart. O governo alagoano, nesse período, teve maior destaque no aspecto político, fazendo oposição ao governo de Jango. Em parceria com as elites, inclusive, locais e a Igreja Católica, seu governo foi de total apoio aos golpistas que queriam, a qualquer preço, assumir o poder. Após o golpe, contra o governo constitucional de Jango, a repressão promovida pelo governo alagoano, contra a imprensa opositora e os apoiadores de João Goulart, se tornou uma constante, em Alagoas. Já no aspecto econômico/administrativo, Segundo Carvalho (2015), esse governo seguiu o clima de desenvolvimento, praticado na gestão de seu antecessor. Ampliou a ação das empresas estatais, criou o Banco do Estado, todavia, não se preocupou com as demandas sociais, ao contrário da gestão anterior.

Em 1962, ocorre a eleição para a Constituinte, nela, Muniz se candidatou a deputado federal e obtém uma excelente vitória. Por mais que seus inimigos tenham lutado contra ele, o povo nunca deixou de apoiá-lo. Na vez em que perdeu a eleição, na condição de apoiador, não como candidato, essa perda se deu, por falta de consenso entre ele e seus correligionários. A veneração que era dispensada a ele, pelas massas, era motivo de admiração para os que o amavam; e de indignação para os seus opositores.

Durante toda a sua vida pública, teve como seus opositores toda cúpula da UDN, a nível local e nacional. Dentre eles, Juraci Magalhães, que se fez presente no dia da votação, com o objetivo de se certificar de que sua bancada e seus aliados não retrocederam na decisão de votar o impeachment. Também, Teotônio Vilela, porta-voz das oligarquias locais; Arnon de Mello e Oseias Cardoso, com o qual teve divergências, por razões políticas e pessoais. Quando da morte do pai desse último, Muniz, que na ocasião era delegado da DRT, fora acusado, por Oseias Cardoso, de facilitar a vida do assassino de seu pai, por meio da emissão de documentos que o beneficiara. Posteriormente, na condição de deputado federal, Muniz, acusa Cardoso de crime de latrocínio, na Câmara Federal.

Um ano após ter deixado o governo, Muniz Falcão foi submetido a uma cirurgia, nessa intervenção cirúrgica, foram detectados problemas considerados graves, todavia, ele continuou a exercer sua vida pública. Além do mandato de deputado federal, que exerce até 1966; em 65, ele é eleito para governador, mas, por causa das mudanças no regime político; e das manobras políticas ocorridas – não somente a nível local, como também a nível nacional, seu nome não fora homologado pela Assembleia Legislativa. Diante da opressão política e militar, decorrente do regime de ditadura que havia sido implantado no país, a ALE não respeitou a vontade do povo, que havia sido demonstrada nas urnas, não reconhecendo a vitória de Muniz, por ele ter conseguido maioria simples. Por conta disso, em meio a um contexto de corrupção, manipulação e opressão, Muniz foi impedido, não só de governar Alagoas, como também, de lutar para reverter a situação, como ocorrera no processo de impeachment.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise da trajetória política de Sebastião Marinho Muniz Falcão, temos a percepção de que sua vida, em território alagoano, foi constituída de uma diversidade de acontecimentos, em sua grande maioria, negativos e que lhe trouxera muitos desapontamentos. Desde momentos em que fora ridicularizado, quando escolheu – para direcionar uma, das diversas escolas do Estado – uma negra; há momentos de repúdio, quando nomeou um pequeno comerciante, para representar os industriais, do Estado. Portanto, não foi à toa que ele conseguiu se transformar numa figura de tão grande conceito, principalmente, em meio a classe média/baixa de Alagoas. Pagou um preço alto por sua popularidade; todavia, não desistiu de lutar pelos ideais da coletividade; exceto, quando lhe tiraram, por meio de manobras e opressão, o direito de lutar pela legitimidade que sempre esteve presente em sua vida de homem público.

Foi acusado de comunista, no sentido pejorativo da palavra, por ter recebido o apoio político dos membros desse partido; e por não ter causado nenhum tipo de perseguição e repressão às manifestações, por eles, feitas. Sofreu derrotas e vitórias em suas lutas pessoais e políticas. Sua maior vitória foi em relação a tentativa de impeachment, promovida por seus adversários, que tinha como objetivo destituí-lo da chefia do governo estadual. Suas maiores derrotas, foram: não vencer um câncer que havia contraído no decorrer de sua existência; não conseguir o reconhecimento, por parte da assembleia, de sua vitória, na eleição de 1965, para governador. Sempre teve saúde frágil – inclusive, desde o período que serviu no exército; e as adversidades que enfrentou aqui, podem ter possibilitado para o agravamento de seus problemas de saúde. Teve uma morte, acreditamos, prematura; pois, é possível que, se sua vida tivesse sido menos conturbada, houvesse um prolongamento em seus dias.

A tristeza, pelos desapontamentos, não abateu então o espírito de Muniz, mas de todos aqueles que o admiravam. O maior sentimento de tristeza da população fora manifestado, quando da ocorrência de seu falecimento. Vieram pessoas de todas as partes de Alagoas. Pessoas que viam as suas esperanças, de um futuro melhor, sendo sepultadas, juntamente, com o ídolo daquela grande multidão que se fez presente no velório e sepultamento dessa figura, que o povo alagoano, em sua grande maioria, aprendeu a amar e admirar. Não deixou sucessor;

e seus irmãos, mesmo seguindo também a carreira política, não conseguiram atingir o nível de popularidade, concedido a ele. Tampouco, conseguiram fazer pela população alagoana, tão grande trabalho, quanto fez o governo munizista.

REFERÊNCIAS

- CANO, Wilson. **DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS E CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL** (1930/95) 2ª Editora Revista e Aumentada Campinas; SP, UNICAMP, 1998, p.47/8.
- CARONE, Edgard. **REVOLUÇÕES do BRASIL CONTEMPORÂNEO** (1922/38) S. Paulo: Editora Ática, 1989, p.12/13.
- CARVALHO, Cícero Péricles de. **FORMAÇÃO HISTÓRICA DE ALAGOAS**. Maceió: EDUFAL 2015.
- GÓIS MONTEIRO in Gente que faz história Jornal Maceió. 02/09/97 p D.4 Fascículo nº 07.
- HOLANDA, Sérgio Albuquerque de. **O BRASIL MONARQUICO: Reações e Transições** in Hist. GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S. Paulo DIFEL 1967, p.112 vol.3 tomo II.
- IGLÉSIAS, Francisco. **TRAGETÓRIA POLÍTICA DO BRASIL: 1500-1964** Francisco Iglésias – São Paulo: Companhia das letras, 1993, p. 201.
- LOPEZ, Luiz Roberto. **HISTÓRIA DO BRASIL IMPERIAL** 5 Edição. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1991, p.100.
- LOPEZ, Luiz Roberto. **HISTÓRIA DO BRASIL CONTEMPORÂNEO**, Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto (1983, p.25/38; 50/1; 81/2).
- LOPEZ, Luiz Roberto. **HISTÓRIA DO BRASIL CONTEMPORÂNEO** 2 Edição Porto Alegre Ed. Mercado Aberto, 1983, p.12/13 (Col. Revisão vol.3).
- OLIVEIRA, Jorge. **Curral da Morte/** Jorge Oliveira – Rio de Janeiro: Record, 2010, p.17.
- OLIVEIRA, Nilton 1979, p.25/6 apud TENÓRIO, Douglas Apratto. **A TRAGÉDIA DO POPULISMO** Maceió, EDUFAL, 1995, P.188.
- PESSOA, Reynaldo Carneiro. **A Ideia Republicana no Brasil através de Documentos**. S. Paulo: Alfa-Ômega 1973, p.39/40.
- PRADO, Maria Lígia. **O Populismo na América Latina**. S. Paulo: Ed. Brasiliense 1981, p.10 (Col. Tudo é História).
- RAFAEL, Ulisses Neves. **XANGÔ REZADO BAIXO: Religião e Política na Primeira República**. Aracaju. Ed. UFS (Universidade Federal de Sergipe) [Maceió EDUFAL] 2008, p.27/45.
- SILVA, Marcos A. da. **CONTRA A CHIBATA: Marinheiros Brasileiro sem 1910**. S Paulo: Ed. Brasiliense, 1982, p.8/9 (coleção tudo é história nº43).

TENÓRIO, Douglas Apratto. ALAGOAS 200 ANOS. Maceió - Instituto Arnon de Mello. 2017, p.84.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **Alagoas e os Momentos Fundadores da Formação Nacional** in Rev. do Inst. Histórico e Geog. de Alagoas Maceió, 2001, p.200/201, vol. 45.

TRONCA, Ítalo. **REVOLUÇÃO DE 1930: A Dominação Oculta**. 2 Edição S. Paulo: Ed Brasiliense 1983, p.8/10 (col. Tudo é história nº 42).